

---

# Plano de Saneamento Financeiro

---

Município de Alcanena

---

2011 - 2023

---



**RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO  
FINANCEIRO**

(5.º RELATÓRIO)

**Reportado a 31-12-2013**

**(após apuramento de resultados)**



## Índice

<b><u>RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO</u></b>	
<b><u>FINANCEIRO .....</u></b>	<b><u>1</u></b>
<b><u>ENQUADRAMENTO.....</u></b>	<b><u>5</u></b>
<b><u>INTRODUÇÃO .....</u></b>	<b><u>6</u></b>
<b><u>FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO .....</u></b>	<b><u>7</u></b>
<b>5. VERIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO CONJUNTURAL: .....</b>	<b>8</b>
A) ULTRAPASSAGEM DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO PREVISTO NO N.º 1 DO ART.º 37.º DA LFL 8	
B) EXISTÊNCIA DE DÍVIDAS A FORNECEDORES DE MONTANTE SUPERIOR A 40% DAS RECEITAS TOTAIS DO ANO ANTERIOR .....	9
C) RÁCIO DOS PASSIVOS FINANCEIROS, INCLUINDO O VALOR DOS PASSIVOS EXCECIONADOS PARA EFEITOS DE CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO, EM PERCENTAGEM DA RECEITA TOTAL SUPERIOR A 200% .....	9
D) PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES – PMP (A) (N.º DIAS) .....	9
<b>6. SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO RELATIVAMENTE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS (À DATA DE 31-12-2013).....</b>	<b>10</b>
<b>7. EVOLUÇÃO DA RECEITA (BRUTA) E DA DESPESA .....</b>	<b>10</b>
<b>8. CONSOLIDAÇÃO DA DÍVIDA .....</b>	<b>11</b>
<b>9. BALANCETE DE TERCEIROS NOS ANOS DE 2010 A 2013 .....</b>	<b>11</b>
<b>10. DESPESAS COM PESSOAL 2010 A 2013.....</b>	<b>12</b>
<b>11. PESSOAL AO SERVIÇO 2009 A 2013 .....</b>	<b>14</b>
<b>12. MEDIDAS DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO [ART.º 4.º, N.º 2, DO DL N.º 38/2008. DE 07.03] .....</b>	<b>15</b>
<b><u>EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA.....</u></b>	<b><u>26</u></b>
<b>MAPA COMPARATIVO ENTRE A PREVISÃO DO PSF E O VALOR DA RECEITA BRUTA COBRADA. ....</b>	<b>26</b>
<b>RECEITAS CORRENTES .....</b>	<b>29</b>



01 - IMPOSTOS DIRETOS.....	29
02 - IMPOSTOS INDIRETOS .....	29
04 - TAXAS, MULTA E OUTRAS PENALIDADES .....	30
05 - RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE .....	30
06 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES .....	30
07 - VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES.....	31
08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTE .....	33
<b>RECEITAS DE CAPITAL.....</b>	<b>33</b>
09 - VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO.....	33
10 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL .....	33
12 - PASSIVOS FINANCEIROS .....	34
13 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL .....	34
15 - REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS .....	35
16 - SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR.....	35
<b><u>EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA .....</u></b>	<b><u>36</u></b>

<b>MAPA COMPARATIVO ENTRE A PREVISÃO DE COMPROMISSOS DO PSF E O VALOR DE COMPROMISSOS EXECUTADO.....</b>	<b>36</b>
<b>DESPESAS CORRENTES.....</b>	<b>43</b>
01 - DESPESAS COM PESSOAL .....	43
02 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS .....	45
03 - JUROS E OUTROS ENCARGOS .....	47
04 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES .....	47
05 - SUBSÍDIOS .....	47
06 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	47
<b>DESPESAS DE CAPITAL .....</b>	<b>48</b>
07 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL.....	48
08 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL .....	49
09 - ATIVOS FINANCEIROS .....	49
10 - PASSIVOS FINANCEIROS .....	50
<b><u>BALANÇO EM 31-12-2013 .....</u></b>	<b><u>51</u></b>

• <b>IMOBILIZADO .....</b>	<b>52</b>
----------------------------	-----------



• INVESTIMENTOS FINANCEIROS .....	53
ESTA RÚBRICA APRESENTA UMA DIFERENÇA PARA MENOS DE € 1.065.489. ....	53
• EXISTÊNCIAS.....	53
• DÍVIDAS DE TERCEIROS .....	53
• PROVISÕES PARA COBRANÇA DUVIDOSA .....	54
• DISPONIBILIDADE.....	54
• ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS.....	55
• FUNDOS PRÓPRIOS .....	55
• DÍVIDAS A TERCEIROS DE MLP .....	57
• DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO .....	57
• TOTAL DO DÍVIDA DE MLP E CURTO PRAZO.....	58
• ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS.....	59
 <b><u>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31-12-2013.....</u></b>	<b><u>60</u></b>
 • CUSTOS E PERDAS .....	61
• PROVEITOS E GANHOS.....	62
• RESULTADOS OBTIDOS .....	63
 <b><u>ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL.....</u></b>	<b><u>64</u></b>
 <b><u>CONCLUSÃO .....</u></b>	<b><u>66</u></b>



## ENQUADRAMENTO

Relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro (PSF), reportado à data de 31-12-2013, elaborado de acordo com a alínea c) do n.º 5 do artigo 59º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, conjugado com o definido no artigo 86º da mesma lei, reportando-se este artigo à anterior alínea c) do artigo 40º da revogada Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL - Lei das Finanças Locais).

Dispõe a alínea c) do n.º 4 do artigo 40º, da Lei 2/2007, acima mencionada, que, “Os órgãos executivos, durante o período do empréstimo, ficam obrigados a elaborar relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro mencionado no número anterior e remetê-los, para apreciação, aos órgãos deliberativos”.

Dispõe também o artigo 6.º do revogado Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, que “O acompanhamento do plano de saneamento financeiro é efetuado mediante o envio aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais dos relatórios semestrais sobre a execução do plano de saneamento financeiro a que se refere a alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da LFL, no prazo máximo de 30 dias após o final do semestre a que reportam.

Este relatório será enviado à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, para o cumprimento daquele prazo.

Este relatório substitui o anteriormente efetuado antes de apuramento de resultados, aprovado na reunião do órgão executivo realizada em 03-02-2014 e também enviado aquela direção geral.



## INTRODUÇÃO

Observando o disposto no n.º 1 do artigo 40.º da revogada Lei das Finanças Locais os empréstimos de saneamento financeiro foram contratados, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, tendo em conta que o resultado da operação não aumentava o endividamento líquido do Município.

O Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena, aprovado em 2011, compreendeu a contratação de dois empréstimos de Médio Longo Prazo, no valor total de € 5.000.000,00, para pagamento de dívidas de curto prazo.

Foi contratado um empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. no valor de € 3.500.000,00, e um empréstimo no valor de € 1.500.000,00 com a Caixa Económica Montepio Geral, S.A..

Ambos os empréstimos foram visados pelo Tribunal de Contas em 28 de Outubro de 2011.

Os valores relativos aos dois empréstimos foram creditados nas respetivas contas bancárias do Município de Alcanena em 23-11-2011.

Os valores foram registados no respetivo orçamento da receita do Município no dia 24-11-2011;

Os pagamentos dos documentos de dívida foram efetuados no decorrer dos meses de novembro e dezembro de 2011.



## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Faz parte integrante deste relatório a ficha de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro elaborada de acordo com o modelo disponibilizado pela DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais.

Nesta ficha está evidenciada a evolução financeira do Município, a evolução do endividamento líquido municipal e de endividamento de médio longo prazos e do PMP (prazo médio de pagamento a fornecedores)

Evidencia-se a evolução da receita cobrada e da despesa paga, bem como os saldos das contas de terceiros.

Desagregam-se os valores das despesas com pessoal pagas, e evolução do pessoal ao serviço.

De uma forma resumida, demonstra-se a execução das medidas enumeradas no PSF, quer de redução da despesa, quer da maximização da receita, e os impactos previstos no plano de saneamento financeiro, bem como no valor efetivamente realizado até 31 de dezembro de 2013.

Esta ficha de acompanhamento é também constituída pelos seguintes anexos:

Anexo I – Cálculo do PMP;

Anexo II – Cálculo do endividamento líquido e do endividamento de MLP;

Anexo III - Mapas Resumo de Fluxos de Caixa;

Anexo IV – Balanço;

Anexo V - Mapa de Execução da Despesa por económica;

Anexo VI – Mapa de Execução da Receita.

Anexo VII – Demonstração de Resultados

**FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO****1. Identificação do Município****ALCANENA****2. Data do visto do Tribunal de Contas: 28-10-2011**

(em euros)

**3. Montante do empréstimo de saneamento financeiro:**

**Montante utilizado à data:**  
**Montante de dívidas por liquidar:**

<b>5.000.000,00</b>
5.000.000,00
0,00

**4. Prazos****4.1. Prazo do empréstimo de saneamento: 12 anos****4.2. Período de diferimento: 18 meses****5. VERIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO CONJUNTURAL:**

[observação das situações previstas no art.º 8.º, n.º 1, do DL n.º 38/2008, de 07.03, de acordo com os dados reportados a 31.12.13]

**A) ULTRAPASSAGEM DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO PREVISTO NO N.º 1 DO  
ART.º 37.º DA LFL**

(em euros)

Limite Endividamento Líquido em 2013	Endividamento Líquido – 31-12-2013			Margem de Endividamento Líquido
	Incluindo montantes legalmente excecionados	Excluindo montantes legalmente excecionados	Contribuição SM, AM e SEL	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (1) – (3)
€ 8.402.709	€ 11.630.535,83	€ 8.286.528,11	€ 59.372,49	<b>€ 116.180,89</b>





**B) EXISTÊNCIA DE DÍVIDAS A FORNECEDORES DE MONTANTE SUPERIOR A 40% DAS RECEITAS TOTAIS DO ANO ANTERIOR**

(em euros)

Total das Receitas (2012)	Total das dívidas a fornecedores (31-12-2013)	40% das Receitas Totais	Dívidas a fornecedores >40% das receitas totais (ano 2012)
(1)	(2)	(3) = (1) * 40%	(4) = (3) - (2)
€ 11.674.405,28	€ 1.021.071,53	€ 4.669.762,11	<b>€ 3.648.690,58 (inferiores)</b>

Fonte: Mapa Anexo VI

**C) RÁCIO DOS PASSIVOS FINANCEIROS, INCLUINDO O VALOR DOS PASSIVOS EXCECIONADOS PARA EFEITOS DE CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO, EM PERCENTAGEM DA RECEITA TOTAL SUPERIOR A 200%**

(em euros)

Total das Receitas (2013)	Passivos Financeiros, incluindo excecionados (31-12-2013)	Rácio Passivos Financeiros, incluindo excecionados sobre Receitas Municipais	Passivos financeiros, incluindo os excecionados para EL>200% Receitas totais (ano N-1)
(1)	(2)	(3) = (2)/(1)	(4) = (3) se (3) > 200%
€ 11.680.473,61	€ 13.186.097,71	112,89 %	inferior

**D) PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES – PMP (A)**

(N.º DIAS)

31-12-2009 (1)	31-12-2010 (2)	31-12-2011 (3)	31-12-2012 (4)	31-12-2013 (5)
260	476	228	35	38

Fonte: Mapa Anexo I



## 6. SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO RELATIVAMENTE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS (À DATA DE 31-12-2013)

(em euros)

Limite Endividamento médio e longo prazos	Endividamento médio e longo prazos			Valor ultrapassado
	Incluindo montantes legalmente excecionados	Excluindo montantes legalmente excecionados	Contribuição SM, AM e SEL	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (3) – (1)
€ 6.722.167	€ 13.228.068,12	€ 9.884.060,39	€ 41.970,41	<b>€ 3.161.893,39</b>

Fonte: Mapa Anexo II

## 7. EVOLUÇÃO DA RECEITA (BRUTA) E DA DESPESA

Rubricas	Valores absolutos			Valores absolutos (variação 2012 /2013)	Taxa da Variação	
	2010	2012	2013		2011/2012	2012/2013
1- Saldo Inicial <sup>(a)</sup>	25.178,20	46.059,77	131.478,61	85.418,84	82,94	185,45
2 - Reposições não abatidas nos pagamentos	435,06	12.020,75	3.997,55	-8.023,20	2.663,01	-66,74
3 - Receita Corrente	7.890.469,41	7.917.381,55	9.680.646,98	1.763.265,43	0,34	22,27
4 - Despesa corrente	10.780.553,29	6.908.523,65	7.494.190,28	585.666,63	-35,92	8,48
5 - Receita de Capital	8.758.717,13	3.678.943,21	1.864.350,47	-	-58,00	-49,32
				1.814.592,74		
6 - Despesa de Capital	5.848.186,74	4.614.403,02	4.001.873,42	-612.529,60	-21,10	-13,27
<b>7 - Receita Total (1+2+3+5)</b>	16.674.799,80	11.654.405,28	11.680.473,61	26.068,33	-30,11	0,22
<b>8 - Despesa Total (4+6)</b>	16.628.740,03	11.522.926,67	11.496.063,70	-26.862,97	-30,70	-0,23

(a) Saldo gestão anterior – execução orçamental

Fonte: Mapas Resumo de Fluxos de Caixa – Anexo III.



## 8. CONSOLIDAÇÃO DA DÍVIDA

Ano	Empréstimo	Pagamentos dívidas	Recebimentos empréstimo
2011	Contratado com a CGD	€ 3.500.000	€ 3.500.000
2011	Contratado com o Montepio	€ 1.500.000	€ 1.500.000

## 9. BALANCETE DE TERCEIROS NOS ANOS DE 2010 A 2013

Descrição		2010	2011	2012	2013	Taxa de Variação		
		4.º Trimestre (€)	4.º Trimestre (€)	4.º Trimestre (€)	4.º Trimestre (€)	2010/2011	2011/2012	2012/2013
22	Fornecedores	2.546.084,32	171.828,04	368.880,51	280.963,45	-93,25	114,68	-23,83
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00			-	-	-
261	Fornecedores de imobilizado	486.657,19	925.974,18	856.433,56	733.958,08	90,27	-7,51	-14,30
265+266	Outros credores curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-
267	Consultores, assessores e intermediários	2.920,97	0,00	0,00	6.150,00	-100,00	-	-
Leasing médio e longo prazos		25.047,18	0,00	0,00	0,00	-100,00	-	-
Total dívidas a fornecedores (22 a 267) - leasing mlp		3.035.662,48	1.097.802,22	1.225.314,07	1.021.071,53	-63,84	11,62	-16,67
24	Estado e outros entes públicos	100.209,33	91.588,58	87.538,00	94.891,49	-8,60	-4,42	8,40
262	Pessoal	28.654,04	2.060,58	1.197,23	3.509,91	-92,81	-41,90	193,17
263	Sindicatos	504,31	463,41	507,19	486,59	-8,11	9,45	-4,06
264	Administração autárquica	706.485,90	223.954,11	101.680,76	50.258,29	-68,30	-54,60	-50,57
268	Outros credores	2.015.764,75	35.139,83	28.756,28	190.617,65	-98,26	-18,17	562,87
Subtotal		2.851.618,33	353.206,51	219.679,46	339.763,93	-87,61	-37,80	54,66
2311	Empréstimo de curto prazo			0,00	0,00			
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	12.471.414,47	16.089.252,85	14.787.939,48	13.186.097,71	29,01	-8,09	-10,83
TOTAL		18.358.695,28	17.540.261,58	16.232.933,01	14.546.933,17	-4,46	-7,45	-10,39

Fonte: Balanço – Anexo IV

**10. DESPESAS COM PESSOAL 2010 A 2013**

<b>Rubricas</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>2.853.382,29</b>	<b>2.590.087,69</b>	<b>2.223.285,57</b>	<b>2.303.845,77</b>
Remunerações	2.194.679,02	1.963.300,26	1.854.475,84	1.779.175,67
Representação	36.856,08	31.763,76	33.492,67	28.359,66
Subsídio de Refeição	212.777,71	199.242,80	185.040,52	178.025,22
Subsídio de Férias e Natal	340.204,69	339.913,08	104.706,99	284.250,42
Rem. por Doença e maternidade/paternidade	68.864,79	55.867,79	45.569,55	34.034,80
<b>Abonos Variáveis</b>	<b>132.166,07</b>	<b>133.118,16</b>	<b>52.530,35</b>	<b>59.308,34</b>
Horas Extraordinárias	70.058,77	32.907,23	19.994,39	9.083,79
Ajudas de Custo	3.301,81	2.180,27	2.355,37	3.074,61
Abono para Falhas	4.563,74	4.645,26	4.487,05	3.250,90
Formação	200,20	0,00	0,00	0,00
Colaboração Técnica especializada	0,00		0,00	0,00
Subsídio de Trabalho nocturno	4.557,21	4.788,72	5.188,09	5.212,79
Subsídio de Turno	0,00	0,00	0,00	0,00
Indemnizações por cessação de funções	24.618,88	84.269,84	9.328,99	6.046,80
Outros Suplementos e Prémios	24.865,46	4.326,84	11.176,46	32.639,45
<b>Segurança Social</b>	<b>544.090,58</b>	<b>1.229.609,89</b>	<b>512.871,04</b>	<b>610.978,06</b>
Encargos com a saúde	33.906,00	717.248,00	97.942,85	87.254,39
Outros encargos com a saúde	23.955,75	24.223,88	20.692,90	21.674,39
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	17.381,65	11.175,10	9.270,89	9.031,85
Outras Prestações Familiares	3.904,40	8.648,16	6.035,54	4.304,60
Contribuições para a Segurança Social	422.732,35	419.003,20	344.767,66	455.190,84
Acidentes em Serviço e doenças Profissionais	1.231,30	2.916,15	1.765,80	1.901,05
Outras Pensões	2.278,04	62,68	0,00	0,00
Seguros	38.701,09	46.332,72	32.395,40	31.620,94
<b>Total Pago no ano</b>	<b>3.529.638,94</b>	<b>3.952.815,74</b>	<b>2.788.686,96</b>	<b>2.974.132,17</b>



Rubricas	Taxa da Variação		
	2010/2011	2011/2012	2012/2013
<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>-9,23</b>	<b>-14,16</b>	<b>3,62</b>
Remunerações	-10,54	-5,54	-4,06
Representação	-13,82	5,44	-15,33
Subsídio de Refeição	-6,36	-7,13	-3,79
Subsídio de Férias e Natal	-0,09	-69,20	171,47
Rem. por Doença e maternidade/paternidade	-18,87	-18,43	-25,31
<b>Abonos Variáveis</b>	<b>0,72</b>	<b>-60,54</b>	<b>12,90</b>
Horas Extraordinárias	-53,03	-39,24	-54,57
Ajudas de Custo	-33,97	8,03	30,54
Abono para Falhas	1,79	-3,41	-27,55
Formação	-100,00	-	-
Colaboração Técnica especializada		-	-
Subsídio de Trabalho nocturno	5,08	8,34	0,48
Subsídio de Turno			
Indemnizações por cessação de funções	242,30	-88,93	-35,18
Outros Suplementos e Prémios	-82,60	158,31	192,04
<b>Segurança Social</b>	<b>125,99</b>	<b>-58,29</b>	<b>19,13</b>
Encargos com a saúde	2.015,40	-86,34	-10,91
Outros encargos com a saúde	1,12	-14,58	4,74
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	-35,71	-17,04	-2,58
Outras Prestações Familiares	121,50	-30,21	-28,68
Contribuições para a Segurança Social	-0,88	-17,72	32,03
Acidentes em Serviço e doenças Profissionais	136,84	-39,45	7,66
Outras Pensões	-97,25	-100,00	-
Seguros	19,72	-30,08	-2,39
<b>Total Pago no ano</b>	<b>11,99</b>	<b>-29,45</b>	<b>6,65</b>

Fonte: Mapa de Execução da Despesa por económica.- Anexo V



## 11. PESSOAL AO SERVIÇO 2009 A 2013

2009	2010	2011	2012 (31-12-2012)	2013 (31-12-2013)
191	191	174	167	156

(1) *Fonte: Dados provenientes do Balanço Social dos anos respetivos*

Taxa da Variação		
2010/2011	2011/2012	2012/2013
- 8,9 %	- 4,02 %	- 6,59 %

*Fonte: Dados provenientes do Balanço Social dos anos respetivos*



## 12. MEDIDAS DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO [ART.º 4.º, N.º 2, DO DL N.º 38/2008. DE 07.03]

O quadro seguinte resume a execução das medidas e os impactos previstos no plano de saneamento financeiro:

Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
Período temporal necessário à recuperação da situação financeira	1. Período de 12 anos; 2. Carência de 18 meses	No PSF é indicado o valor de € 8.472.991, como endividamento líquido previsto para o final de 2013	O Endividamento Líquido Municipal em 31-12-2013 é no valor de € 8.286.528,11 Inferior ao verificado em 31-12-2012 que era no valor de € 8.567.505,87
Contenção de despesa com o pessoal			
	Medida D1 - Reorganização dos Serviços	No plano perspectiva-se a redução de efetivos por via da aposentação na ordem dos 2%.	No ano de 2013 o efetivo foi reduzido em 11 trabalhadores, correspondente a uma taxa de redução de 6,59% (o efetivo passou de 167 para 156 trabalhadores)
	Medida D2 - Redução das Horas Extraordinárias	O valor máximo previsto no PSF com horas extraordinárias é de € 29.974,00.	Pagou-se no ano de 2013 o valor de € 9.083,79 relativo a horas extraordinárias.
	Medida D3 - Ajudas de Custo e Subsídio de Transporte	Para 2013 previa-se que o custo com esta rubrica orçamental de € 3.537,00.	Pagou-se no ano de 2013 o valor de € 3.074,61 relativo a ajudas de custo e subsídio de transporte.
Contenção da despesa corrente a qual não pode ultrapassar a taxa global de evolução fixada pela lei do OE para as rubricas da mesma natureza.			
	Medida D4 - Criação de Armazém Municipal	Foi equipado o espaço para o efeito no ano de 2011, com vista à implementação do armazém.	Projeto em avaliação para melhor racionalização de recursos.
	Medida D5 - Gestão de Frota Automóvel	Estavam previstas as seguintes ações: - Redução e ou substituição de viaturas; - Maximização das deslocações; - Aquisição de Autocarro; - Reavaliação da Apólice de Frota; - Aquisição de combustíveis;	- No 1º semestre de 2012 Saíram de circulação 3 viaturas.  - Foram ajustadas as deslocações nas viaturas;  - No ano de 2013 foram cancelados seguros de 4 viaturas, a que corresponde uma redução de cerca de € 1.331,15 ano.  - Concentração da localização das viaturas;



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
	Medida D6  - Plano de Eficiência Energética de Edifícios	Estavam previstas as seguintes ações: - Estudos da eficiência energética; - Medidas imediatas para redução do consumo de energia	- Foi já efetuada análise de alguns contadores de energia elétrica, com vista à eventual instalação de baterias de condensadores. No ano de 2013 foram cancelados 7 contratos de fornecimento de energia elétrica.  - Foi também lançado concurso público para o fornecimento de energia em MT e BTE, cujo contrato foi assinado em 11-10-2012 (este concurso público permite a poupança anual de cerca de € 16.000,00 a ter reflexos em 2013). No ano de 2013 foi novamente lançado procedimento de contratação.  - Foi aprovado contrato programa com a agência Médiotejo 21. - Foram reajustadas as horas da iluminação pública.  - Foi solicitado à EDP a colocação de relógios nos Pontos de Transformação, tendo sido instalados cerca de 7 relógios.
	Medida D7 - Redução dos consumos de Água	Estava prevista a implementação de medidas de redução dos consumos de água	Medida implementada em 2011 com a colocação de equipamento de programação para rega automática.
	Medida D8 - Redução de consumíveis	Pretendia-se reduzir em 10% os custos desta natureza.	Medida implementada.
	Medida D9 - Reavaliação de Contratos de Prestação de serviços em vigor		Em análise contínua, na continuidade do trabalho iniciado no ano de 2010
	Medida D10 - Aquisição de Equipamentos Específicos com vista à redução de custos com contratação de serviços.	Estavam previstas as seguintes ações: - Aquisição de Equipamento para Desentupimento de Coletores;  - Aquisição de Equipamento para Abertura de Ramais	- Com a aquisição de equipamento para desentupimento de coletores, no ano de 2011, o Município não recorreu em 2012 a empresas da especialidade.  - Foi adquirida no ano de 2012 máquina giratória, com vista à redução de custos com o recurso a empresas da especialidade.
	Medida D11 - Apelo à iniciativa privada e de empresas locais no		Em execução o estabelecimento de parcerias.





Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
	desenvolvimento de atividades		
	Medida D12 – Empréstimo de Saneamento Financeiro	Prevista a poupança associada aos juros de mora apresentados ao Município.	No ano de 2013 foram contabilizados € 23.700,68, dos quais € 5.291,44 foram de juros relativos a acordos de factoring e € 2.537,05 foram de juros relativos a acordos de pagamento celebrados no âmbito da dissolução da Empresa de Melhoramentos. O valor dos juros debitados pelos diversos fornecedores foi de € 15.872,19.
	Medida D13 – Negociação dos juros já faturados.	Prevvia-se a anulação ou reavaliação dos juros de mora já faturados pelos credores.	Esta medida permitiu em 2011 o perdão de juros que ascendeu a € 50.531,81 de juros de mora devidamente contabilizados, e € 72.437,93 de juros de mora que foram apresentados ao Município no decorrer ou após a contratação dos empréstimos.
	Medida D14 – Incentivo ao Associativismo e participação dos diversos intervenientes	Pretende-se reforçar a participação da população e empresas no apoio ao associativismo.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Estabeleceram-se os contratos programa.</li><li>- Está em vigor o protocolo existente com a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, no sentido de proporcionar ações de formação e outras vantagens às associações interessadas, tendo já as associações beneficiado de algumas formações, estão também já previstas formações para 2014.</li><li>- Reforçou-se também contatos com outras entidades, INATEL, FAJUDIS, IPDJ, ADIRN, por forma a fomentar uma maior aproximação do movimento associativo Concelhio.</li></ul>
	Medida D15 – Rever as formas de apoio às diversas Instituições	Aprovado o Regulamento do Associativismo Local.	- Foi publicado em 19-09-2011 no DR o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Local, tendo sido criado um órgão consultor, o CMAL, este órgão reúne 2 vezes no ano (uma por semestre), de modo a colaborar com as medidas a tomar na área do associativismo.



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
			- Foi criada uma Comissão de Acompanhamento das atividades das Associações.
	Medida D16 - Incentivo à procura de emprego e fixação de empresas.	Está em curso a Revisão do atual PDM – Plano Diretor Municipal. Foi publicada no DR 2ª Série Aviso 8188/2012 de 15 de junho, a suspensão parcial do PDM.	- Foi aprovada a suspensão parcial do PDM estando a decorrer a sua Revisão.  - Foi aprovada proposta de regulamento para Centro de Acolhimento de Empresas.
	Medida D17 – IVA	Procura-se aperfeiçoar medidas de afetação real do IVA.	No ano de 2013 não ocorreu o pagamento de IVA, estando no final do semestre um saldo de € 3.279,90 a favor do Município.
Redução dos níveis de endividamento até cumprimentos dos limites previstos	No ano de 2014 prevê-se que se cumpra com a não ultrapassagem do limite do endividamento líquido do Município	No plano estava previsto para final do ano de 2013 o valor de endividamento líquido de € 8.472.991.	O Endividamento Líquido Municipal em 31-12-2012 foi no valor de € 8.567.505,87 inferior ao verificado em 31-12-2011, que era no valor de € 11.674.824,30. No ano de 2013 o valor de endividamento líquido verificado é de € 8.288.779,01. Reduziu-se o endividamento líquido em € 3.386.045,29 desde final de 2011.



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
Despesa de investimento prevista e fontes de financiamento			
Beneficiação da Antiga Nacional 365-4 - Troço Alcanena - Malhou -Moita	Não se previa Comparticipação Comunitária no PSF para o ano de 2013.	<p>Do investimento previsto para 2011 no valor de € 1.102.334,97 apenas foi realizado € 531.138,45.</p> <p>Em 2012 previa-se no PSF investimento de € 506.002,31 e realizou-se € 1.100.257,03.</p> <p>Em 2013 não estava previsto qualquer investimento, dado que a obra terminaria em 2012, tendo sido no entanto realizado o valor de € 49.533,27.</p>	<p>No final de 2012 ficou por receber o valor de € 69.324,69 relativo ao valor final da comparticipação.</p> <p>O valor ainda não foi recebido no ano de 2013, uma vez que está em análise o pedido de pagamento final.</p>
Requalificação da Antiga Nacional en-360 - Troço Minde - Vale Alto	Não se previa Comparticipação Comunitária no PSF para o ano de 2013.	<p>Do investimento previsto para 2011 no valor de € 1.215.571,96 apenas foi realizado € 473.947,90.</p> <p>Em 2012 previa-se o investimento de € 555.526,71 e realizou-se € 644.516,84.</p> <p>Em 2013 não estava previsto qualquer investimento, dado que a obra terminaria em 2012, estando no entanto realizado o valor de € 775.543,93.</p>	<p>No ano de 2013 foi obtida comparticipação comunitária de € 502.423,02.</p> <p>No final do ano de 2013 ficou por receber o valor de € 58.408,77, correspondente ao pedido de pagamento final.</p>
Requalificação do Jardim Municipal de Alcanena	Não se previa Comparticipação Comunitária no PSF para o ano de 2013.	O investimento foi integralmente realizado nos anos de 2011 e 2012.	<p>No final de 2012 ficou por receber o valor de € 25.182,77 relativo ao valor final da comparticipação.</p> <p>Na sequência da não elegibilidade de € 39.323,31, o Município, não só fica por receber o valor mencionado, como também teve de devolver o valor de € 11.353,73 (acerto a efetuar noutra comparticipação comunitária).</p>
Ampliação do Quartel dos Bombeiros	Não se previa Comparticipação Comunitária no PSF para o ano de 2013.	<p>O investimento previsto de € 218.565,00 não foi realizado no ano de 2011.</p> <p>Em 2012 previa-se o investimento de € 125.664,68 e foram realizados €</p>	<p>Foi obtida uma comparticipação comunitária de € 191.912,89.</p> <p>No final do ano de 2013 ficou ainda por receber o valor de €</p>



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
		210.478,35.  Em 2013 não estava previsto qualquer investimento, dado que a obra terminaria em 2012, tendo sido no entanto realizado o valor de € 213.645,24.	53.996,04.
Centro Escolar de Alcanena	Comparticipação Comunitária prevista de € 1.050.000,00	O investimento previsto no PSF era de € 1.500.000,00.	Não foi efetuada adjudicação e não existe candidatura.
Centro Escolar de Minde	Comparticipação Comunitária prevista de € 1.050.000,00	O investimento previsto no PSF era de € 1.500.000,00.	Não foi efetuada adjudicação e não existe candidatura.
Centro Ciência Viva do Alviela	Comparticipação Comunitária prevista de € 207.474,78 para o ano de 2011.  Para 2013 não se previa receber qualquer participação.	Do investimento previsto de € 296.392,54 para o ano de 2011, foi realizado o valor de € 158.914,56 apenas no ano de 2012.  Em 2013 não se previa a realização de qualquer investimento.	Não existiu possibilidade de Candidatura em 2013.
Casa da Cultura	Comparticipação Comunitária prevista de € 44.752,09 em 2011 e € 31.965,78 em 2012	O investimento previsto no PSF e não realizado era de € 74.586,81 para o ano de 2011.  Em 2012 estava previsto no PSF investimento no valor de € 53.276,30.  No final de 2012 a dotação orçamental era de € 144.603,00, tendo sido realizado o valor de € 2.214,00.  Em 2013 não estava previsto qualquer investimento, dado que a obra terminaria em 2012, estando no entanto realizado o valor de € 141.762,75.	No ano de 2012 foi recebido o adiantamento da participação no valor de € 34.047,64 e no ano de 2013 foi recebido o valor de € 15.323,50.  No final do ano de 2013 ficou por receber o valor de € 18.724,14.
Percorrer e Conhecer Alcanena – Rede de Percursos (Praia Fluvial)	Comparticipação Comunitária prevista de € 350.000,00	- O investimento previsto no PSF foi de € 500.000,00.  - O investimento elegível é de € 192.375,96 e a participação comunitária é de € 115.425,58.	No 1º semestre de 2013 foi recebido o adiantamento da participação no valor de € 57.712,79.
Projeto Médio Tejo –	Não estava previsto no	Candidatura que prevê a	- No ano de 2013 foi recebido o



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
Gestão em SIG	PSF. Abrange aquisição de equipamento informático	comparticipação de 85% de um investimento elegível de € 56.282,34.	valor de € 9.173,22, relativamente ao investimento de € 10.792,02.  - O restante valor de investimento de € 45.490,32 será realizado no ano de 2014.
	Contratação de Empréstimo excecionado do limite geral de empréstimos de MLP (75% da contrapartida nacional)	Prevvia-se o valor de € 542.422,18 em 2011, 763.389,46 em 2012 e 732.220,68 em 2013, o que no total seria de € 2.038.032,32.	Em 2012 foi obtida resposta desfavorável relativa ao pedido de autorização para contratação do empréstimo
Medidas de aumento da receita (designadamente alienação de bens, fixação de taxas e tarifas)			
	Medida R1 – Derrama	Foi aplicada a taxa máxima da derrama para o ano de 2011, medida só tem reflexos financeiros a partir de 2012 e seguintes.	O valor recebido no ano de 2012 foi de € 280.387,56.  O valor recebido no ano de 2013 foi de € 424.402,65.
	Medida R2 – IMI – imposto Municipal sobre Imóveis	Foi aplicada a taxa máxima do IMI para os anos de 2012 e 2013.	O valor recebido no ano 2012 foi de € 1.506.655,94.  O valor recebido no ano de 2013 foi de € 1.951.112,87, que resulta também da avaliação geral de imóveis urbanos efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira no ano de 2012.
	Medida R3 – TMDP – Taxa Municipal do Direito de Passagem	Foi aplicada a TMDP – Taxa Municipal do Direito de Passagem máxima, ou seja 0,25 % sobre a faturação. Prevvia-se o valor de € 42.111,00 por ano.	O valor cobrado foi de € 5.085,54.
	Medida R4 – TOS - Taxa de Ocupação do SubSolo		Medida em avaliação.
	Medida R5 - Taxa Municipal de Proteção Civil		O regulamento não foi elaborado. Foi já elaborada informação técnica esclarecendo a possibilidade de aplicação da TMPC.
	Medida R6 – Fiscalização	Foram acentuadas as medidas de fiscalização relacionadas com construções, ocupação da via pública, publicidade, e outras, com vista à eventual cobrança de coimas.	2 trabalhadores do Município frequentaram formação específica com vista à execução das funções de fiscal.  - Decorre o reforço da fiscalização.  - O Regulamento Municipal de



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
			Fiscalização está em execução.
	Medida R7 – Participação do Município no IRS	Foi aplicada a taxa máxima de 5% fixada por lei para os rendimentos de 2011.	Esta medida permitiu receber no ano de 2012 cerca de 52 mil euros a mais relativamente à taxa anteriormente aplicada e permitiu também receber cerca de 52 mil euros a mais no ano de 2013.
	Medida R8 – Projetos Comparticipados	<p>Estava previsto receber comparticipação dos seguintes valores:</p> <p>1 - Projeto Sapadores Florestais: € 35.000,00;</p> <p>2 - Projeto CultRede: Não se previa qualquer recebimento. A execução física do projeto terminou em 2011.</p> <p>3 - Projeto Rampa: € 26.431,62;</p> <p>5 - Estabilização de Emergência após Incêndio: Não se previa qualquer recebimento.</p>	<p>No ano de 2013 foram recebidos os seguintes valores:</p> <p>1 - Projeto Sapadores Florestais: No ano de 2013 foram transferidos € 17.500 deste projeto relativos ao ano de 2012 e o valor de € 31.500,00 relativos ao ano de 2013. Por receber ficou o valor de € 3.500,00.</p> <p>2 - Projeto CultRede: Foi submetido o pedido de pagamento final em 16-05-2013, cujo valor recebido foi de € 12.001,69.</p> <p>3 - Projeto Rampa: Foi recebido o valor de € 3.439,97 em 2013.</p> <p>5 - Estabilização de Emergência após Incêndio: € 1.591,94;</p> <p>Foram ainda recebidos os seguintes valores de projetos que não foram inscritos no PSF:</p> <p>- Plano Municipal da Igualdade: € 6.733,37;</p> <p>- Projeto Fruta Escolar (IFAP): € 6.816,16.</p> <p>- Projeto comparticipação de transportes escolares (POPH): € 14.624,75.</p>
	Medida R9 – Donativos ao Abrigo da Lei do Mecenato	Previsto receber o valor de € 15.500,00.	Não foi recebido em 2013 qualquer donativo.



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
	Medida R10 – Retenção dos Duodécimo	Prevvia-se que deixasse de ser feita a retenção por incumprimento da redução do excesso de endividamento e que fosse efetuada a restituição das verbas retidas.	Em dezembro de 2011 deixou de ser efetuada a retenção dos duodécimos, e o valor retido no valor total de € 518.876,00 foi utilizado pela DGAL para pagamentos de dívidas em atraso aos fornecedores do Município. Os pagamentos foram efetuados nos meses de outubro e novembro.
	Medida R11 – Venda de Bens	Pretende-se a venda de bens nos diversos edifícios públicos, até como medida de incentivo ao consumo de produtos locais, e também através merchandising.	Foi realizado em Dezembro a Feira de artesanato na Biblioteca, promovendo assim a venda de produtos tradicionais e artesanato Concelhio.
	Medida R12 – Atualização da Tarifa de Saneamento e da Tarifa para Recolha, Depósito e Tratamento de RSU	Previsto atualizar as taxas a aplicar, de modo a que os custos suportados com estas duas áreas sejam diretamente suportados pelos utilizadores, aplicando deste modo o princípio do utilizador – pagador. No PSF foi previsto o valor de € 250.000,00 para o ano de 2012 e igual valor para 2013.	Medida não implementada, no entanto foram já aprovados na reunião do órgão executivo de 17-12-2012 os regulamentos do “Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas de Alcanena” e do “Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de Alcanena”. No final do ano de 2013 o estudo de atualização de tarifas encontra-se finalizado, cuja implementação se efetuará no ano de 2014.
	Medida R13 – Aluguer de Espaços e Equipamentos	Pretende-se apostar no reforço da utilização e pagamento de equipamentos municipais.	- No ano de 2011 foi efetuado um contrato de aluguer de sala de formação para o período de 05-09-2011 a 30-11-2012, pelo valor de € 500,00 por mês, acrescido de IVA.  - No 1.º semestre de 2012 foi efetuado um contrato de aluguer de sala de formação para o período de 26-04-2012 a 31-12-2012, pelo valor de € 500,00 por mês, acrescido de IVA.  - No ano de 2013 foi efetuado um contrato de aluguer de sala de formação para o período de 02-01-2013 a 07-07-2013, pelo valor de € 500,00 por mês, acrescido de IVA.  - Foi efetuado contrato de cedência de sala para formação com a NERSANT, cujo valor da receita foi de € 307,50.





Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
			- Em 15-07-2013, foi publicado o Regulamento de Cedência de Viaturas e Cedência de equipamentos.
	Medida R14 – Trabalhos por conta de Particulares	1 - Pretende-se efetuar a faturação da construção dos ramais de esgotos após a sua realização e proceder à sua efetiva cobrança; 2 -Pretende-se faturar os ramais já executados no âmbito das empreitadas de saneamento da Serra de Santo António, Covão Feto, e Casais da Moreta.	1 – Medida implementada, foi cobrado o valor de € 13.185,19 no ano de 2012 e € 8.896,79 no ano de 2013  2 – Foi aprovado na reunião da Câmara Municipal realizada em 14 de janeiro de 2013 o valor de € 304,86 a cobrar por ramal, no total 581, perfazendo o valor de € 217.862,10.  Aguarda-se ligação final das infraestruturas e respetivas vistorias aos equipamentos para faturação aos proprietários.
	Medida R15 – Venda de Habitação em Vila Moreira	Pretende-se intensificar a Publicidade dada às frações com vista à sua venda.	Foi efetuada a avaliação do valor de venda das frações, baixando o seu valor de venda. Não existe negócio concretizado.  Está em avaliação a possibilidade de arrendamento.
	Medida R16 – Rendas das Concessões	Efetuar a análise de alguns contratos de concessão nas áreas da energia, energia eólica e águas.	Avaliação em curso.
	Medida R17 – Rendas de Edifícios e Habitações	Atualização de valores das rendas de edifícios e habitações, de acordo com a legislação específica, em curso.	Estudo técnico já efetuado à apreciação dos rendimentos dos agregados.
	Medida R18 – Acidentes na Via Pública com danos Patrimoniais	Intensificar com as diversas autoridades, GNR, Bombeiros, entre outros, a comunicação de acidentes e autores materiais dos mesmos.	Foram recebidos os seguintes valores de companhias de seguros: - Acidente Semáforos Rua D. Nuno Alvares Pereira em Alcanena: € 2.102,88; - Acidente: Guardas de Segurança na Estrada Municipal 365-4 Malhou: € 1.758,90
	Medida R19 – Reembolso de IVA pelo SNB	Efetuar o pedido de reembolso de IVA junto do SNB – Serviço Nacional de Bombeiros (ANPC)	Foi efetuado o reembolso do valor de € 11.706,10 no ano de 2012 e do valor de € 10.845,90 no ano de 2013.





Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
	Medida R20 – Venda de Terrenos	Publicitar a disponibilidade dos terrenos existentes para venda, precedendo a sua avaliação.	Em curso a reavaliação dos terrenos.
	Medida R22 – Projetos Participativos	Valores a receber de acordo com a execução dos projetos de investimento	Valores recebidos conforme se discriminou no ponto anterior “Despesa de investimento prevista e fontes de financiamento”
	Medida R23 – Garantias Bancárias	Pretende-se acionar as garantias bancárias relacionadas com incumprimentos de empreitadas, onde se estimava receber no ano de 2012 o valor de € 171.992,00.	Foram acionadas as garantias bancárias no ano de 2011, tendo sido já entregue o valor de € 1.201,87 no ano de 2012 e € 28.394,05 no ano de 2013. Foi também recebido o valor de € 31.583,34 por acordo com empreiteiro por incumprimento contratual da empreitada de Rede de Saneamento Básico na Serra de Santo António.

Fonte: Anexos V e VI



## EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

MAPA COMPARATIVO ENTRE A PREVISÃO DO PSF E O VALOR DA RECEITA BRUTA COBRADA.

O mapa comparativo entre a previsão do PSF e o valor executado, que a seguir se apresenta, evidencia para as rubricas orçamentais da receita, a previsão apontada no PSF para 2013, a respetiva execução orçamental verificada no ano de 2013, e respetivos desvios.

O valor do orçamento previsto para o ano de 2013 apresenta-se com uma previsão de menos 2.910 mil euros, relativamente ao previsto aquando da elaboração do PSF. Esta previsão inferior resulta de 3.910 mil euros previstos a menos relativamente às receitas de capital, pela previsão superior em 870 mil euros relativamente à receita corrente e pela previsão superior de Outras Receitas em 129 mil euros.

Quanto à execução verificada no final de 2013, foram cobrados € 11.680.474, dos quais € 9.680.647 são relativos a receitas correntes e € 1.864.350 são relativos a receitas de capital.

Em termos globais, o valor cobrado apresenta o desvio de - 28%, relativamente ao previsto no PSF.

O valor não cobrado tem maior relevo nas receitas de capital, com o valor de € 4.616.262, sendo esse desvio influenciado principalmente pelo não recebimento de 2,9 milhões de euros de transferências de capital, 1,27 milhões de euros de venda de bens de investimento e pela não utilização de empréstimos na ordem 1,2 milhões de euros.

Relativamente ao acréscimo nas receitas correntes cobradas no valor total de € 604.234, este foi influenciado principalmente pelo maior recebimento de impostos diretos, no valor de € 504.133 euros e pelo maior recebimento de transferências correntes no valor de € 653.852 e outras receitas correntes no valor de € 44.035,00. As restantes rubricas (impostos indiretos, taxas multas e outras penalidades, rendimentos de propriedades e venda de bens e serviços correntes) apresentam valor cobrado inferior ao previsto no PSF.

A taxa de execução dada pela receita cobrada líquida é 87%, sendo que a receita corrente teve uma taxa de execução de 97% e a receita de capital uma taxa de execução de 56%.



No quadro seguinte faz-se uma análise à percentagem do desvio entre o previsto no PSF e o executado, em que a percentagem negativa representa que o valor cobrado é inferior ao valor previsto no PSF e a percentagem positiva representa que o valor cobrado foi superior ao previsto no PSF.

Classif. Económica	Designação	Previsão PSF para 2013 (2012 + inflação)	Previsão Orçamento 2013	Desvio PSF / Orçamento	Receita Cobrada bruta até 31-12-2013	Desvio relativamente ao Previsto no PSF	% do Desvio
		a)	b)	c) = a) - b)	d)	e) = d) - a)	f) = e) / a)
<b>01</b>	<b>Impostos directos</b>	<b>2.450.311</b>	<b>2.722.731</b>	<b>272.420</b>	<b>2.954.444</b>	<b>504.133</b>	<b>21%</b>
0102	Outros	2.426.594	2.722.731	272.420	2.954.444	527.850	22%
010202	Imposto municipal sobre imóveis	1.456.754	1.781.113	324.359	1.951.113	494.359	34%
010203	Imposto único de circulação	204.662	221.707	17.045	341.635	136.974	67%
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	422.444	345.850	-76.594	236.270	-186.174	-44%
010205	Derrama	342.734	371.592	28.858	424.403	81.668	24%
010207	Impostos abolidos	23.717	2.459	-21.258	1.023	-22.694	-96%
010299	Impostos directos diversos	0	10	10		0	-
<b>02</b>	<b>Impostos indirectos</b>	<b>195.354</b>	<b>131.858</b>	<b>-63.496</b>	<b>96.114</b>	<b>-99.241</b>	<b>-51%</b>
0202	Outros	195.354	131.858	-63.496	96.114	-99.241	-51%
020206	Impostos indirectos específicos das autarquias locais	195.354	131.858	-63.496	96.114	-99.241	-51%
02020601	Mercados e feiras	60.776	57.359	-3.417	51.170	-9.605	-16%
02020602	Loteamentos e obras	73.882	53.898	-19.984	30.165	-43.717	-59%
02020603	Ocupação da via pública	3.875	4.472	597	3.062	-813	-21%
02020605	Publicidade	5.199	4.998	-201	883	-4.316	-83%
02020606	Saneamento	0		0		0	-
02020607	Utilização da rede viária municipal	0	10	10		0	-
02020699	Outros	51.622	11.121	-40.501	10.833	-40.790	-79%
<b>04</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>101.291</b>	<b>81.713</b>	<b>-19.578</b>	<b>57.834</b>	<b>-43.457</b>	<b>-43%</b>
0401	Taxas	74.329	59.049	-15.280	57.051	-17.278	-23%
040123	Taxas específicas das autarquias locais	74.329	59.049	-15.280	57.051	-17.278	-23%
04012301	Mercados e feiras	3	0	-3	0	-3	-100%
04012302	Loteamentos e obras	51.301	38.648	-12.653	40.471	-10.830	-21%
04012303	Ocupação da via pública	4.368	1.262	-3.106	1.493	-2.875	-66%
04012305	Caça, uso e porte de arma	333	326	-7	185	-148	-44%
04012306	Saneamento	0	10	10		0	-
04012307	Arrendamento urbano	0		0		0	-
04012399	Outras	18.323	18.803	480	14.902	-3.421	-19%
0402	Multas e outras penalidades	26.877	22.664	-4.213	783	-26.094	-97%
040201	Juros de mora	1.288	758	-530	739	-550	-43%
040202	Juros compensatórios	42	8	-34		-42	-100%
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	25.462	4.770	-20.692		-25.462	-100%
040299	Multas e penalidades diversas	85	17.128	17.043	44	-41	-48%
<b>05</b>	<b>Rendimentos da propriedade</b>	<b>1.448</b>	<b>803</b>	<b>-645</b>	<b>314</b>	<b>-1.134</b>	<b>-78%</b>
0501	Juros — Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	0	0	0	-
0502	Juros-Sociedades financeiras	1.406	761	-645	272	-1.134	-81%



# Município de Alcanena

0503	Juros-Administrações Públicas	42	42	0	42	0	0%
Classif. Económica	Designação	Previsão PSF para 2013 (2012 + inflação)	Previsão Orçamento 2013	Desvio PSF / Orçamento	Receita Cobrada bruta até 31-12-2013	Desvio relativamente ao Previsto no PSF	% do Desvio
		a)	b)	c) = a) - b)	d)	e) = d) - a)	f) = e) / a)
0510	Rendas	0		0	0	0	-
<b>06</b>	<b>Transferências correntes</b>	<b>3.794.361</b>	<b>4.532.293</b>	<b>737.932</b>	<b>4.448.213</b>	<b>653.852</b>	<b>17%</b>
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	15.000	15.000	0	0	-15.000	-100%
0602	Sociedades financeiras	500	500	0	0	-500	-100%
0603	Administração central	3.778.361	4.507.598	729.237	4.448.213	669.852	18%
060301	Estado	3.626.541	4.218.808	592.267	4.267.215	640.674	18%
060306	Estado - Particip.comunit. projectos co-financiados	95.000	190.862	95.862	43.572	-51.428	-54%
060307	Serviços e fundos autónomos	28.000	63.000	35.000	33.136	5.136	18%
060309	Serv.fund.autón.- Subsist.prot.famíl.polít.act.EFP	28.820	34.928	6.108	104.291	75.471	262%
0605	Administração local	0	9.175	9.175	0	0	-
0606	Segurança social	0	0	0	0	0	-
0607	Instituições sem fins lucrativos	0	10	10	0	0	-
0608	Famílias	500	10	-490	0	-500	-100%
<b>07</b>	<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	<b>2.488.443</b>	<b>2.433.646</b>	<b>-54.797</b>	<b>2.034.488</b>	<b>-453.955</b>	<b>-18%</b>
0701	Venda de bens	78.184	256.515	178.331	1.247	-76.936	-98%
0702	Serviços	1.517.007	1.331.678	-185.329	1.001.098	-515.909	-34%
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	15.236	15.087	-149	14.371	-865	-6%
070203	Vistorias e ensaios	0	51	51		0	-
070205	Actividades de saúde	0		0		0	-
070206	Reparações	0		0		0	-
070207	Alimentação e alojamento	0		0		0	-
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	79.351	39.777	-39.574	34.036	-45.315	-57%
070209	Serviços específicos das autarquias	1.205.272	1.094.945	-110.327	784.482	-420.790	-35%
070299	Outros	217.148	181.818	-35.330	168.209	-48.939	-23%
0703	Rendas	893.253	845.453	-47.800	1.032.143	138.890	16%
070301	Habitações	32.988	31.373	-1.615	35.165	2.178	7%
070302	Edifícios	27.999	23.295	-4.704	35.918	7.919	28%
070399	Outras	832.266	790.785	-41.481	961.059	128.793	15%
<b>08</b>	<b>Outras receitas correntes</b>	<b>45.205</b>	<b>43.723</b>	<b>-1.482</b>	<b>89.240</b>	<b>44.035</b>	<b>97%</b>
080199	Outras	45.205	43.723	-1.482	89.240	44.035	97%
<b>Total receitas correntes</b>		<b>9.076.413</b>	<b>9.946.767</b>	<b>870.354</b>	<b>9.680.647</b>	<b>604.234</b>	<b>7%</b>
<b>09</b>	<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>1.300.000</b>	<b>942.574</b>	<b>-357.426</b>	<b>27.675</b>	<b>-1.272.325</b>	<b>-98%</b>
<b>10</b>	<b>Transferências de capital</b>	<b>4.532.067</b>	<b>1.862.550</b>	<b>85.660</b>	<b>1.618.281</b>	<b>-2.913.786</b>	<b>-64%</b>
1003	Administração central	4.532.067	1.862.530	85.640	1.613.281	-2.918.786	-64%
100301	Estado	1.776.890	836.756	-940.134	836.736	-940.154	-53%
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	2.755.177	1.025.764	1.025.764	776.545	-1.978.632	-72%
100308	Serviços e fundos autónomos		10	10		0	-
1005	Administração local		0	0	0	0	-
1007	Instituições sem fins lucrativos		10	10	5.000	5.000	-
1008	Famílias		10	10	0	0	-
<b>12</b>	<b>Passivos financeiros</b>	<b>1.382.221</b>	<b>300.000</b>	<b>-1.082.221</b>	<b>190.000</b>	<b>-1.192.221</b>	<b>-86%</b>
1205	Empréstimos a curto prazo	650.000	300.000	-350.000	190.000	-460.000	-71%
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	732.221		-732.221	0	-732.221	-100%



13	Outras receitas de capital	0	199.184	199.184	28.394	28.394	-
Classif. Económica	Designação	Previsão PSF para 2013 (2012 + inflação)	Previsão Orçamento 2013	Desvio PSF / Orçamento	Receita Cobrada bruta até 31-12-2013	Desvio relativamente ao Previsto no PSF	% do Desvio
		a)	b)	c) = a) - b)	d)	e) = d) - a)	f) = e) / a)
1301	Outras		199.184	199.184	28.394	28.394	-
Total receitas de capital		7.214.288	3.304.308	-3.909.980	1.864.350	-5.349.938	-74%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	6.034	4.170	-1.864	3.998	-2.036	-
16	Saldo da Gerência anterior	1	131.479	131.478	131.479	131.478	-
Total outras receitas		6.035	135.649	129.614	135.476	129.441	-
TOTAL		16.296.736	13.386.724	-2.910.012	11.680.474	-4.616.262	-28%

De seguida identificam-se as principais oscilações por cada rubrica orçamental.

## RECEITAS CORRENTES

### 01 - IMPOSTOS DIRETOS

A receita proveniente de impostos diretos teve uma maior cobrança de € 504.133, ou seja mais 21% que o previsto no PSF.

As receitas provenientes do IMI, do Imposto Único de Circulação e da Derrama foi superior ao valor previsto no PSF, enquanto que as receitas provenientes do IMT apresentam uma taxa de execução menor que o valor previsto no PSF.

Refira-se que foi aplicada a taxa máxima ao IMI e de Derrama relativamente ao ano de 2012, cujos valores foram recebidos durante este ano.

Também foi efetuada a avaliação geral de Imóveis Urbanos pela Autoridade Tributária e Aduaneira, no decorrer de 2012, de que resultou o aumento da receita cobrada desta rubrica orçamental. De acordo com a comunicação efetuada pela AT o acréscimo foi de € 219.348,67.

### 02 - IMPOSTOS INDIRETOS

As receitas de impostos indiretos foram inferiores ao previsto em € 99.241, principalmente influenciado pela menor cobrança na rubrica de loteamentos e obras, com o não recebimento do valor de € 43.717, e com o não recebimento de € 38.821 da taxa municipal do direito de passagem.



Verificou-se cobrança inferior ao previsto nas receitas relativas a Ocupação da Via Pública e Publicidade, receitas referidas da medida R6 de maximização da receita.

#### **04 - TAXAS, MULTA E OUTRAS PENALIDADES**

Nas receitas desta natureza verificou-se cobrança inferior em 43% relativamente ao previsto no PSF. Esta menor cobrança teve influencia principalmente nas receitas não cobradas relativas a loteamentos e obras e relativas a multas e outras penalidades.

#### **05 - RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE**

As receitas desta natureza, de pouco relevo financeiro, registaram menor cobrança, influenciado pelo menor recebimento de juros de contas bancárias á ordem, resultado da descida da EURIBOR.

#### **06 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

Nesta rubrica recebeu-se mais € 653.852 (cerca de 17 %) do que o valor previsto aquando da elaboração do PSF.

Relativamente às transferências do Estado correntes não foram recebidos cerca de 108 mil euros da DREL, conforme inicialmente previsto, tendo sido no entanto recebido mais 688 mil euros relativos aos duodécimos.

Ainda assim, em 31-12-2013 foi transferido o valor de € 84.978,70, cujo registo foi efetuado no ano de 2014.

De referir que esta maior cobrabilidade de transferências correntes está fortemente influenciada pelo maior recebimento de FEF corrente em detrimento do FEF capital, derivado das alterações introduzidas pela Orçamento do Estado, em que dos 4,183 M€ transferidos anteriormente na proporção 60% em FEF corrente e 40% em FEF capital, passaram a ser



transferidos na proporção 80% em FEF corrente e 20 % em FEF capital, logo com uma oscilação mensal de mais 69,7 mil euros e com reflexos contrários nas transferências de capital.

Apesar da maior cobrança do FEF corrente na ordem dos 681 mil euros, o FSM cobrado foi inferior em € 13.544, relativamente aos valores previstos no PSF.

Recebeu-se menos € 51.428 relativos a participações de projetos co-financiados (na parte correspondente à participação de despesas correntes), cujos valores discriminados também se indicam na Ficha de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro acima mencionada, correspondente à medida R8.

As transferências de serviços e fundos autónomos e do Instituto do Emprego e Formação Profissional foram superiores às previstas no PSF, em cerca de 5 mil euros e 75 mil euros, respetivamente.

As transferências de privados não verificaram qualquer execução, portanto com um desvio negativo de € 15.000.

#### **07 - VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES**

Nestas receitas verificou-se um desvio negativo de 18%, cerca de menos 454 mil euros, relativamente ao previsto.

A venda de bens, onde se inclui a venda de habitação em Vila Moreira, cujo valor previsto no PSF era de € 74.745 ainda não se concretizou, apesar dos procedimentos efetuados pelo Município com vista à venda das mesmas (reavaliação em baixa do valor de venda).

Ao nível da receita cobrada relativa a prestações de serviços as rubricas orçamentais onde se verificam valores mais significativos de desvio foram as seguintes:

- Serviços Sociais, recreativos, culturais e desporto: - € 45.315
- Saneamento: - € 29.807
- Resíduos Sólidos: - € 374.236



- Transportes escolares: - € 25.197
- Trabalhos por conta de particulares: - € 53.543
- Prolongamentos em Jardins de Infância: - € 14.215
- Reembolso de despesas com pessoal (Luságua): - € 41.629
- Renda da exploração do parque eólico: - € 1.080

A medida indicada de maximização da receita R12 de atualização da tarifa de saneamento e resíduos sólidos, não foi implementada e a medida R14 relativa à faturação de ramais de esgoto foi apenas parcialmente executada, uma vez que não foram faturados os ramais de esgoto da Serra de S. António, Covão do Feto e Casais da Moreta.

Refira-se que estava previsto no PSF um acréscimo de € 250.000 com a atualização das tarifas de saneamento e resíduos sólidos e um acréscimo de € 60.000 com a cobrança de ramais de esgotos âmbito das empreitadas de saneamento da Serra de Santo António, Covão Feto, e Casais da Moreta.

No final de 2013 verifica-se o saldo de receita por cobrar relativa a venda de bens e prestação de serviços de € 340.406,77, principalmente nas seguintes rubricas:

- Água: € 134.672,68;
- Saneamento: € 21.224,58;
- Aluguer de Espaços e equipamentos: € 5.590,81;
- Transportes efetuados pelos Bombeiros: € 95.555,16;
- Trabalhos por conta de particulares: € 88.595,24;

O valor cobrado relativo aos transportes efetuados pelos bombeiros e o valor cobrado relativo ao mercado municipal de Alcanena foram superiores ao previsto no PSF em € 27.779 e € 25.233, respetivamente, uma vez que o Município intensificou as ações e procedimentos de cobrança destas receitas.





Relativamente às Rendas o valor cobrado foi superior ao previsto no PSF, em cerca de 138 mil euros. Verificou-se maior cobrança no valor das rendas de edifícios e habitações, bem como outras rendas, sendo neste último caso, que esse aumento verificou-se uma vez que foram cobrados cerca de 117 mil euros relativos à renda de concessão da Rede Elétrica do 4.º trimestre de 2012.

#### **08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTE**

Na rubrica de outras receitas correntes também se verificou maior cobrança do que o previsto no PSF, no valor de € 44.035.

Verificou-se o recebimento do valor de € 10.845,90 relativo ao reembolso de IVA efetuado através da ANPC, de acordo com a medida R19 e o recebimento de € 3.861,78 de indemnizações por estragos em bens do Município, relativo a pedidos de reembolso de despesas às respetivas companhias de seguros de acordo com a medida R18.

A rubrica de indemnizações por acidentes de trabalho apresentou uma cobrança de € 10.184.

Foi recebido também o valor de € 31.583,34 por acordo com empreiteiro por incumprimento contratual da empreitada de Rede de Saneamento Básico na Serra de Santo António.

### **RECEITAS DE CAPITAL**

#### **09 - VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO**

O valor previsto no orçamento de 2013 era de € 942.574, inferior ao valor apontado no PSF de € 1.300.000.

Verificou-se a venda de uma viatura de bombeiros acidentada pelo valor de € 27.675.

#### **10 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**

Nesta rubrica recebeu-se menos € 2.913.786 (64%) relativamente ao valor previsto no PSF, sendo que € 940.154 foram relativos ao FEF capital, conforme já se referiu na análise às transferências correntes, fortemente influenciada pelo maior recebimento de FEF corrente em



detrimento do FEF capital, derivado das alterações introduzidas pela Orçamento do Estado, em que dos 4,183 M€ transferidos anteriormente na proporção 60% em FEF corrente e 40% em FEF capital, passaram a ser transferidos na proporção 80% em FEF corrente e 20 % em FEF capital, logo com uma oscilação mensal de menos 69,7 mil euros e com reflexos contrários nas transferências correntes, conforme já analisado.

Quanto a comparticipações de projetos co-financiados, os valores encontram-se discriminados na Ficha de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro acima mencionada, sendo que ocorreu um desvio negativo no valor global de € 1.978.632.

## **12 - PASSIVOS FINANCEIROS**

A receita proveniente de empréstimos foi inferior em € 1.192.221, relativamente ao previsto no PSF.

Foi previsto recorrer a empréstimo de curto prazo no valor € 650.000, quando se contratualizou apenas € 300.000, dadas a circunstâncias que o mercado financeiro apresenta. Do valor contratualizado, foi utilizado o valor de € 190.000.

Também estava prevista contratualização de um empréstimo excepcionado do limite geral de empréstimos de MLP (75% da contrapartida nacional) para financiamento das obras comparticipadas, cujo valor previsto utilizar em 2013 era de € 732.221, no entanto não foi obtida resposta favorável relativamente ao pedido de autorização para contratação do empréstimo.

## **13 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL**

Na previsão efetuada no PSF não se previa receber qualquer receita desta natureza.

No entanto previa-se receber aquando a elaboração do orçamento de 2013 cerca de 199 mil euros relativo a garantias bancárias acionadas por incumprimento de empreitadas.

As garantias bancárias foram acionadas junto das instituições, no ano de 2011, tendo sido recebido no ano de 2013 o valor de € 28.394,05.



### **15 - REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS**

Rubrica orçamental com pouca expressão financeira, em que o valor cobrado é inferior ao previsto.

### **16 - SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR**

Foi utilizado o saldo da gerência anterior, cujo valor é de € 131.478,61.

No PSF o valor previsto do saldo da gerência de 2012 era de apenas € 1.865.



## EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

MAPA COMPARATIVO ENTRE A PREVISÃO DE COMPROMISSOS DO PSF E O VALOR DE COMPROMISSOS EXECUTADO.

### Execução Orçamental – Breve análise

O orçamento previsto aquando da elaboração do PSF era no valor global de € 16.295.188,61.

A previsão orçamental efetuada aquando da elaboração dos documentos previsionais foi de € 13.255.345,00, ao que foi acrescido em revisão orçamental o valor de € 131.478,61 relativo à utilização do saldo da gerência anterior, fixando a previsão orçamental para 2013 nos € 13.386.723,61.

A taxa de execução dada pela despesa em 2013 é de 85,88 %, sendo que a despesa corrente paga teve uma taxa de execução de 87 % e despesa de capital paga teve uma taxa de execução de 85 %.

Conforme se demonstra no quadro abaixo, o valor da despesa compromissada no final de 2013 foi no valor de € 12.269.608,49, estando compromissados € 8.046.379,63 relativos a despesas correntes e € 4.223.228,86 relativos a despesas de capital.

O saldo disponível para compromissar no final de 2013 foi de € 605.437,48 relativo a despesas correntes e € 511.677,64 relativo a despesas de capital, no total de € 1.117.115,12.

Foram faturados € 11.843.011,14, sendo € 7.728.593,76 despesas correntes e € 4.114.417,38 despesas de capital, o que nos dá os seguintes valores de compromissos efetuados em 2013 cuja execução financeira se vai efetuar em 2014:

	Valor compromissado em 2013	Valor faturado em 2013	Diferença
Despesas correntes	8.046.379,63	7.728.593,76	317.785,87
Despesas de capital	4.223.228,86	4.114.417,38	108.811,48
Total	12.269.608,49	11.843.011,14	426.597,35



No que diz respeito ao valor em dívida, no final de 2013 verificou-se o valor de € 234.403,48 relativo a despesas correntes e € 112.543,96 relativo a despesas de capital, perfazendo o total de € 346.947,44.

### Comparação com a Previsão do Plano de Saneamento Financeiro

O mapa comparativo entre a previsão do PSF e o valor executado no ano de 2013, que a seguir se apresenta, evidencia as rubricas orçamentais da despesa, respetiva execução orçamental, e respetivos desvios.

Classificação	Designação	PSF Previsão Ano 2013	Orçamento em 31-12- 2013 (dotação atual)	Desvio (entre o previsto no PSF e a dotação atual)	Compromissos 31-12-2013	Desvio Relativamente ao Previsto no PSF	% do desvio
(fórmulas)		a)	b)	c) = a) - b)	d)	e) = d) - a)	f) = e) / a)
01	Despesas com o pessoal	3.858.025	3.289.444	-568.581	3.001.567	-856.458	-22
0101	Remunerações certas e permanentes	2.948.576	2.489.823	-458.753	2.319.965	-628.611	-21
010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	146.818	145.500	-1.318	139.653	-7.165	-5
010104	Pessoal quadros- Regime contrato individ. trabalho	1.538.003	1.507.306	-30.697	1.436.595	-101.407	-7
01010401	Pessoal em funções	1.351.962	1.470.581	118.620	1.436.595	84.634	6
01010402	Alterações obrig. de posicionamento remuneratório	75.697	0	-75.697	0	-75.697	-100
01010403	Alt. facultativas posicionamento remuneratório	0	0	0	0	0	-
01010404	Recrutamento de Pessoal p/ novos postos Trabalho	110.345	36.724	-73.620	0	-110.345	-100
010105	Pessoal além dos quadros	55.082	47.601	-7.481	44.428	-10.654	-19
010106	Pessoal contratado a termo	462.316	83.240	-379.076	70.212	-392.103	-85
01010601	Pessoal em funções	452.653	83.230	-369.423	70.212	-382.440	-84
01010604	Recrutamento de Pessoal p/ novos postos trabalho	9.663	10	-9.653	0	-9.663	-100
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	49.767	12.187	-37.580	10.616	-39.151	-79
010108	Pessoal aguardando aposentação	5.080	6.300	1.220	6.148	1.067	21
010109	Pessoal em qualquer outra situação	82.674	81.996	-678	80.570	-2.104	-3
01010902	Pessoal Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos	80.591	61.886	-18.705	61.886	-18.705	-23
01010903	Programa Estágios Profissionais (Bolsa)	2.083	20.110	18.027	18.684	16.601	797
010111	Representação	35.260	28.418	-6.842	28.360	-6.901	-20
010113	Subsidio de refeição	251.448	232.021	-19.427	185.088	-66.360	-26
01011301	Pessoal dos quadros	131.210	165.744	34.533	133.116	1.906	1
0101130101	Pessoal Quadros - Reg. Contrato Indiv. Trabalh	1.146	0	-1.146		-1.146	-100



## Município de Alcanena

Classificação	Designação	PSF Previsão Ano 2013	Orçamento em 31-12- 2013 (dotação atual)	Desvio (entre o previsto no PSF e a dotação atual)	Compromissos 31-12-2013	Desvio Relativamente ao Previsto no PSF	% do desvio
(fórmulas)		a)	b)	c) = a) - b)	d)	e) = d) - a)	f) = e) / a)
0101130102	PQ - Contrato por Tempo Indeterminado	130.064	165.744	35.679	133.116	3.052	2
01011302	Pessoal em qualquer outra situação	115.655	61.677	-53.978	47.945	-67.710	-59
01011303	Membros dos órgãos autárquicos	4.582	4.600	18	4.027	-556	-12
010114	Subsídio de férias e de Natal	292.321	294.672	2.351	284.260	-8.060	-3
01011401	Pessoal dos quadros	194.098	256.965	62.867	251.062	56.964	29
0101140102	PQ - Contrato por Tempo Indeterminado	194.098	256.965	62.867	251.062	56.964	29
01011402	Pessoal em qualquer outra situação	98.223	37.707	-60.516	33.199	-65.024	-66
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	29.807	50.583	20.775	34.035	4.228	14
0102	Abonos variáveis ou eventuais	96.603	78.728	-17.876	59.421	-37.182	-38
010201	Gratificações variáveis ou eventuais	0	0	0	0	0	-
010202	Horas extraordinárias	29.974	13.683	-16.291	9.084	-20.890	-70
010203	Alimentação e alojamento	0		0	0	0	-
010204	Ajudas de custo	3.537	4.905	1.368	3.075	-462	-13
010205	Abono para falhas	5.369	3.844	-1.525	3.251	-2.118	-39
010206	Formação	132	120	-12	0	-132	-100
010207	Colaboração técnica e especializada	0	0	0	0	0	-
010210	Subsídio de trabalho nocturno	5.080	5.950	870	5.325	245	5
010211	Subsídio de turno	122	110	-12	0	-122	-100
010212	Indemnizações por cessação de funções	32.514	14.518	-17.997	6.047	-26.467	-81
010213	Outros suplementos e prémios	19.875	35.598	15.723	32.639	12.765	64
01021302	Outros	19.875	35.598	15.723	32.639	12.765	64
0103	Segurança social	812.846	720.893	-91.953	622.182	-190.664	-23
010301	Encargos com a saúde	211.861	121.126	-90.735	91.720	-120.140	-57
010302	Outros encargos com a saúde	20.669	27.153	6.484	21.674	1.006	5
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	20.933	11.668	-9.265	9.042	-11.891	-57
010304	Outras prestações familiares	4.135	5.097	962	4.305	169	4
010305	Contribuições para a segurança social	485.489	504.779	19.290	456.957	-28.532	-6
01030501	Assistência doença funcionários públicos (ADSE)	60.091	4.594	-55.497	0	-60.091	-100
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	425.398	500.185	74.787	456.957	31.559	7
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	214.611	280.176	65.565	270.475	55.864	26
0103050202	Segurança Social - Regime Geral	210.788	220.010	9.222	186.482	-24.306	-12
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	630	2.110	1.480	1.906	1.276	203
010308	Outras pensões	277	173	-104	0	-277	-100
010309	Seguros	42.434	48.177	5.743	36.578	-5.856	-14
010310	Outras despesas de segurança social	26.418	610	-25.808	0	-26.418	-100



## Município de Alcanena

Classificação	Designação	PSF Previsão Ano 2013	Orçamento em 31-12- 2013 (dotação atual)	Desvio (entre o previsto no PSF e a dotação atual)	Compromissos 31-12-2013	Desvio Relativamente ao Previsto no PSF	% do desvio
(fórmulas)		a)	b)	c) = a) - b)	d)	e) = d) - a)	f) = e) / a)
01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adoção	26.418	610	-25.808	0	-26.418	-100
02	Aquisição de bens e serviços	3.073.180	3.981.432	908.252	3.711.539	638.359	21
0201	Aquisição de bens	637.072	824.439	187.367	756.671	119.600	19
020101	Matérias-primas e subsidiárias	7.140	6.143	-997	3.527	-3.613	-51
020102	Combustíveis e lubrificantes	194.041	373.177	179.136	361.086	167.045	86
02010201	Gasolina	9.238	23.105	13.867	17.239	8.001	87
02010202	Gasóleo	89.443	111.781	22.338	109.003	19.560	22
02010299	Outros	95.359	238.291	142.932	234.843	139.484	146
020103	Munições, explosivos e artifícios	660	2.331	1.671	2.331	1.671	253
020104	Limpeza e higiene	13.449	17.227	3.778	13.606	157	1
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	238.683	227.892	-10.791	208.292	-30.391	-13
020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	4.204	4.451	247	4.405	202	5
020107	Vestuário e artigos pessoais	1.055	2.443	1.388	1.829	774	73
020108	Material de escritório	16.486	15.515	-971	14.350	-2.136	-13
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	16.999	29.731	12.732	26.659	9.660	57
020110	Produtos Vendidos nas farmácias		0	0	0	0	-
020111	Material de consumo clínico	1.032	8.366	7.334	7.843	6.811	660
020112	Material de transporte-Peças	15.306	44.617	29.311	36.110	20.804	136
020113	Material de consumo hoteleiro	636	649	13	542	-94	-15
020114	Outro material-Peças	12.491	8.284	-4.207	5.487	-7.004	-56
020115	Prémios, condecorações e ofertas	30.159	22.285	-7.874	21.840	-8.319	-28
020116	Mercadorias para venda	2.840	810	-2.030	563	-2.278	-80
020117	Ferramentas e utensílios	5.988	6.766	778	3.786	-2.202	-37
020118	Livros e documentação técnica	1.879	200	-1.679	60	-1.819	-97
020119	Artigos honoríficos e de decoração	2.356	3.480	1.124	3.272	915	39
020120	Material de educação, cultura e recreio	37.817	15.594	-22.223	13.461	-24.356	-64
020121	Outros bens	33.850	34.478	628	27.624	-6.226	-18
0202	Aquisição de serviços	2.436.108	3.156.993	720.885	2.954.868	518.760	21
020201	Encargos das instalações	488.385	1.053.840	565.455	1.000.730	512.345	105
020202	Limpeza e higiene	611.389	868.919	257.530	861.097	249.708	41
020203	Conservação de bens	55.823	58.323	2.499	48.013	-7.810	-14
020204	Locação de edifícios	60.964	0	-60.964	0	-60.964	-100
020205	Locação de material de informática	2.520	5.181	2.661	4.677	2.157	86
020206	Locação de material de transporte	10.742	4.926	-5.816	2.340	-8.402	-78
020208	Locação de outros bens	27.322	15.879	-11.443	11.332	-15.991	-59
020209	Comunicações	40.917	85.280	44.363	80.320	39.403	96



## Município de Alcanena

Classificação	Designação	PSF Previsão Ano 2013	Orçamento em 31-12- 2013 (dotação atual)	Desvio (entre o previsto no PSF e a dotação atual)	Compromissos 31-12-2013	Desvio Relativamente ao Previsto no PSF	% do desvio
(fórmulas)		a)	b)	c) = a) - b)	d)	e) = d) - a)	f) = e) / a)
020210	Transportes	216.703	243.630	26.927	224.361	7.658	4
020211	Representação dos serviços	610	50	-560	0	-610	-100
020212	Seguros	53.362	45.265	-8.098	40.724	-12.638	-24
020213	Deslocações e estadas	11.568	1.815	-9.753	1.622	-9.946	-86
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	38.927	192.998	154.071	139.592	100.665	259
020215	Formação	16.778	5.699	-11.079	3.860	-12.918	-77
020216	Seminários, exposições e similares	3.177	5.635	2.458	1.195	-1.982	-62
020217	Publicidade	60.623	19.706	-40.916	15.622	-45.000	-74
020218	Vigilância e segurança	1.662	1.847	185	1.434	-229	-14
020219	Assistência técnica	20.649	19.224	-1.425	15.826	-4.823	-23
020220	Outros trabalhos especializados	161.968	106.244	-55.724	100.323	-61.646	-38
020224	Encargos de cobrança de receitas	45.723	61.828	16.105	61.828	16.105	35
020225	Outros serviços	506.295	360.703	-145.592	339.971	-166.324	-33
03	Juros e outros encargos	595.718	411.143	-184.575	403.969	-191.748	-32
04	Transferências correntes	1.210.977	829.433	-381.544	792.237	-418.740	-35
05	Subsídios	85.127	51.955	-33.172	50.049	-35.078	-41
06	Outras despesas correntes	90.563	88.411	-2.152	87.018	-3.545	-4
<b>Total Despesas Correntes</b>		8.913.589,40	8.651.817	-261.772	8.046.380	-867.210	-10
07	Investimentos participados	3.881.471	1.463.462	-2.418.010	1.262.436	-2.619.035	-67
07	Outros Investimentos não participados	680.000	889.105	209.105	825.698	145.698	21
09	Activos Financeiros	100.000	100.000	0	0	-100.000	-100
Total Investimentos		4.661.471	2.452.566,78	2.208.904,39	2.088.134	-2.573.337	-55
08	Transferências Capital	290.000	377.894	87.894	343.253	53.253	18
10	Passivos Financeiros	2.430.128	1.904.445	-525.683	1.791.842	-638.286	-26
1005	Empréstimos a curto prazo	650.000	300.000	-350.000	190.000	-460.000	-71
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	1.780.128	1.604.445	-175.683	1.601.842	-178.286	-10
<b>Total Despesas de Capital</b>		7.381.599,20	4.734.907	-2.646.693	4.223.229	-3.158.370	-43
<b>Total DESPESA</b>		16.295.188,61	13.386.724	-2.908.465	12.269.608	-4.025.580	-25





Em termos globais a dotação orçamental para 2013 apresentava-se inferior ao previsto no PSF em cerca de 2,908 milhões de euros, resultado da previsão da despesa corrente inferior em € 262 mil euros e da previsão da despesa de capital inferior em cerca de 2,647 milhões de euros.

Nas despesas correntes, a redução deveu-se principalmente à redução das despesas com pessoal, das despesas com juros e outros encargos, das transferências correntes, dos subsídios e de outras despesas correntes. Apenas a rubrica relativa à aquisição de bens e serviços apresentou um valor de orçamento superior ao previsto no PSF.

Nas despesas de capital o valor orçamentado de investimentos comparticipados é inferior ao previsto no PSF, bem como os passivos financeiros. O valor dos investimentos não comparticipados orçamentado é superior ao previsto no PSF, bem como o valor das transferências de capital.

Deste modo, há menor previsão de projetos comparticipados em detrimento de projetos não comparticipados, uma vez que transitaram de 2011 as dívidas relativas a acordos de factoring celebrados, em que parte do pagamento ocorreu no ano de 2013.

Verifica-se também maior previsão de transferências de capital, resultante das dívidas existentes com as Juntas de Freguesia do concelho, cujo pagamento foi efetuado em 2013, resultado de acordos de pagamento estabelecidos em 2011.

De mencionar que com a aplicação da LCPA – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, no ano de 2012 foram agendados os planos de pagamento celebrados com as diversas entidades, cujas dívidas eram anteriores a 21 de fevereiro de 2012.

Com a dissolução da EMA – Empresa de Melhoramentos de Alcanena, E.M. foram também assumidos todos os passivos da empresa, incluindo acordos de pagamento formalizados pela EMA.

Estas dívidas deixaram de estar refletidas em termos orçamentais, continuando contudo a ser refletidas em termos de endividamento.

Considerando o saldo em dívida em 31-12-2013, as dívidas estão a seguir discriminadas:

- Factoring CGD, com o Fornecedor “Lena Engenharia e Construções, SA”: € 123.471,28;
- Factoring BES, com o fornecedor “Construções Aquino & Rodrigues, S.A.”: € 172.486,08;



- Factoring BES, com o fornecedor “António Rodrigues Capela & Filhos”: € 65.226,68;
- Acordo de pagamento efetuado com a “Junta de Freguesia de Moitas Venda”: € 49.988,64.
- Acordo de pagamento efetuado pela EMA com o fornecedor “Tyco Integrated Systems, (Unipessoal) Ld.<sup>a</sup>”: € 3.830,40;
- Acordo de pagamento efetuado pela EMA com o fornecedor “Sumarconta - Fiscal, Contab. e Informática, Lda”: € 2.535,86;
- Acordo de pagamento efetuado pela EMA com o fornecedor “Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda”: € 4.493,66;
- Acordo de pagamento efetuado pela EMA com o fornecedor “Silvério & Melro, S.A.”: € 118.750,00;
- Acordo de pagamento efetuado pela EMA com o credor “Caixa Leasing e Factoring”: € 160.378,32.

O valor total de planos de pagamento cujo pagamento ocorre em 2014 e seguintes é de € 701.160,92.

Relativamente aos Passivos Financeiros a previsão orçamental é inferior ao previsto no PSF, uma vez que o contrato de empréstimo de curto prazo foi no valor de € 300.000, apesar dos € 650.000 previstos.

No quadro seguinte faz-se uma análise à percentagem do desvio entre o previsto no PSF e o valor compromissado no ano de 2013, em que a percentagem negativa representa que o valor compromissado foi inferior ao valor previsto no PSF e a percentagem positiva representa que o valor compromissado foi superior ao previsto no PSF.



## DESPESAS CORRENTES

### **01 - DESPESAS COM PESSOAL**

Em termos globais as despesas com pessoal compromissadas foram inferiores em € 856.458, ou seja menos 22% que o inicialmente previsto aquando da elaboração do PSF.

Na rubrica relativa a remunerações certas e permanentes não se compromissaram cerca de 629 mil euros, influenciado pela diminuição de despesas em praticamente todas as rubricas orçamentais, mas com maior expressão na rubrica relativa a “Pessoal contratado a termo”, “Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório”, “Recrutamento de Pessoal p/ novos postos Trabalho”, “Subsídio de Refeição” e “Subsídio de Férias e Natal”.

As reduções acima mencionadas foram originadas em parte pela caducidade de contratos a termo e saídas de efetivos durante os anos de 2011, 2012 e 2013, no total de 35 trabalhadores.

Salienta-se o facto de a revisão anual das remunerações no ano em análise (2013), bem como nos três últimos anos, por força das medidas de consolidação orçamental, não ter sido objeto de revisão, o que comparativamente ao ano de 2009, isso não se verificou, pois em 2009 as remunerações foram revistas, tendo sofrido um aumento de 2,9%.

A Lei do Orçamento de Estado para 2013, para além de manter em vigor as medidas constantes das Leis do Orçamento de Estado 2011 e 2012 relativas à redução salarial média de 5% e à proibição de valorizações remuneratórias nas carreiras, veio, também, reiterar a imposição da suspensão do pagamento do subsídio de férias (art.º 29.º da LOE2013) aos trabalhadores cuja remuneração base mensal seja superior a € 1.100,00 bem como a redução progressiva do valor desse subsídio nos casos das remunerações compreendidas entre os € 600,00 e os € 1.100,00. Esta medida foi declarada inconstitucional com força obrigatória geral, o que faz prever um aumento geral, também ele, justificado das despesas com o pessoal.

A poupança que se fez sentir no ano de 2012 (cerca de € 211.650,00) com a suspensão do pagamento do subsídio de férias e de Natal, foi traduzida no período em causa, num aumento das despesas com o pessoal, justificado, no pagamento do subsídio de Natal em duodécimos e do subsídio de férias, integral. Esse aumento traduziu um gasto de € 155.050,08 no ano de 2013.



Aquando da elaboração do PSF esta despesa estava contemplada, uma vez que naquela data (2011) os subsídios de férias e natal eram pagos aos trabalhadores.

Quanto às despesas contempladas na rubrica de abonos variáveis, também se verificaram compromissos inferiores ao previsto no PSF, na ordem dos 37 mil euros, originado pelo menor valor na generalidade das despesas. Apenas as despesas relativas ao subsídio de trabalho noturno e outros suplementos e prémios foi superior ao previsto no PSF, uma vez que no ano de 2013 foram regularizados os pagamentos relativos às senhas de presença dos membros da Câmara Municipal e dos membros da Assembleia Municipal.

No que concerne às ajudas de custo, estas retratam um ligeiro aumento comparando o exercício de 2012 com o exercício de 2013, justificado no investimento que a autarquia tem feito ao nível da qualificação/formação dada aos seus trabalhadores, muito dela sem custos para a autarquia, sendo financiada ao abrigo do QREN, todavia, estão abaixo do valor máximo previsto em Plano de Saneamento Financeiro, situando-se nos € 3.074,61, quando o valor máximo em Plano de Saneamento se situa nos € 3.537,00.

Quanto à despesa relativa a horas extraordinárias, mantemos a tendência de redução da despesa, não só pela política adotada pela autarquia mas, também, pelo cumprimento em matéria de execução orçamental prevista na LOE 2013 (art.º 45º), das reduções das percentagens do trabalho extraordinário remunerado, que se fixaram nas seguintes percentagens:

- 12,5% da remuneração da 1.ª hora;
- 18,75% da remuneração nas horas ou frações subsequentes;
- 25% da remuneração aos sábados, domingos e feriados.

O valor previsto no PSF para as horas extraordinárias era de € 29.974, quando o valor efetivamente comprometido e pago foi de € 9.083,79.

Nas despesas relativas à rubrica orçamental “segurança social” também se verificaram compromissos inferiores aos previstos no PSF em cerca de 191 mil euros, principalmente pelo não compromisso de valores em “encargos com saúde” e “contribuições para a segurança social” e despesas com “eventualidade de Maternidade, paternidade e adoção”.



Verificou-se aumento nas rubricas de “acidentes em serviço e doenças profissionais”, por determinação do pagamento efetuado por indicação do Centro Nacional de Doenças Profissionais (relativo a um trabalhador) e na rubrica de “outras prestações familiares”.

Não obstante a rubrica de “contribuições para a segurança social” ter efetivamente um registo inferior ao previsto no PSF, importa mencionar que a Lei do Orçamento de Estado 2013, art.º 79.º, que veio aditar ao Estatuto da Aposentação o artigo 6.º-A (Contribuição da entidade), com o aumento da contribuição da entidade para a CGA em 5%. A entidade empregadora em 2012 descontava 15% sobre as remunerações dos trabalhadores passando a descontar a partir de 1 de janeiro de 2013 20% sobre as mesmas.

Por outro, lado, por força, também, da LOE 2013 deu-se a convergência a 100% das contribuições devidas por parte da entidade empregadora pública à Segurança Social, passando na sua maioria de uma taxa de 21,30% para uma taxa de 23,75% aplicável às remunerações dos trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas que entraram para a administração a partir de 01-01-2006. Verifica-se, também aqui, um aumento percentual de 2,45.

## **02 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

- Aquisição de Bens

Foram compromissados mais € 119.600 relativamente ao previsto no PSF, o equivalente a mais 19%.

O valor dos compromissos das despesas com “combustíveis e lubrificantes” foram superiores em € 167.045, cerca de 86% acima do valor previsto no PSF. Refira-se que em 2011 ocorreu a alteração da taxa do IVA do gás natural de 6% para 23%, o que obviamente teve o seu impacto. Também o preço dos combustíveis está em constante subida.

Nas rubricas de “produtos químicos e farmacêuticos”, material de consumo clínico” e “material de transporte – peças” o valor compromissado foi superior ao previsto no PSF.”



Os valores de compromissos inferiores ao previsto no PSF mais significativos, observaram-se nas rubricas de: “Alimentação-refeições confeccionadas” resultado do concurso público lançado para fornecimento de refeições às escolas e jardins de infância, “prémios, condecorações e ofertas” e “material de educação, cultura e recreio”.

- Aquisição de Serviços

As despesas compromissadas com a aquisição de serviços foram superiores ao previsto no PSF em € 518.760, com desvio de 21%.

De um modo geral as rubricas relativas à aquisição de serviços, na sua maioria, apresentam valores de compromissos inferiores às previsões do PSF, com maior expressão nas despesas relativas a “outros serviços”, “outros trabalhos especializados”, “publicidade”, “formação”, “seguros”, “locação de bens” e “locação de edifícios”.

As seguintes rubricas apresentaram valores compromissados acima do previsto no PSF:

- Encargos com Instalações – Rubrica na qual se regista os custos com eletricidade e consumo de água, onde também o aumento da taxa do IVA na eletricidade de 6% para 23%, no ano de 2011, esteve na principal origem de aumento;

- Limpeza e higiene – Rubrica na qual se regista as despesas relativas ao contrato de recolha de RSU pela Luságua e Tratamento de RSU pela Resitejo;

- Locação de material informático;
- Comunicações;
- Transportes
- Estudos pareceres e projetos;
- Encargos de Cobrança de Receitas.



### **03 - JUROS E OUTROS ENCARGOS**

Nesta rubrica o valor dos compromissos efetuados foi € 191,748 abaixo da previsão do PSF, uma vez que a EURIBOR tem diminuído gradualmente desde o ano de 2011, que leva a menor valor de juros associados aos empréstimos contraídos e acordo de pagamento formalizados.

### **04 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

O valor compromissado de transferências correntes para as diversas entidades foi inferior em € 418.740 (- 35%) relativamente à previsão do PSF.

### **05 - SUBSÍDIOS**

O valor dos subsídios compromissado foi inferior em € 35.078 relativamente ao previsto no PSF.

Nesta rubrica orçamental são registados os subsídios mensais atribuídos às pessoas colocadas no Município, em programas ocupacionais, através do centro de emprego.

### **06 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

Quanto a esta rubrica, foram compromissados menos € 3.545, do que o previsto no PSF.

Nesta classificação económica registam-se as despesas relativas a impostos e taxas suportadas pelo Município - e que representam em 2013 a maior fatia destas despesas (€ 56.874,14) – bem como, Serviços Bancários que em 2013 foram de € 2.212,29.

A rubrica de outras despesas correntes teve em 2013 o valor compromissado de € 27.238,73.



## **DESPESAS DE CAPITAL**

### **07 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**

- Investimentos Comparticipados

No global dos investimentos comparticipados, estava previsto no PSF o valor de € 3.881.471, tendo sido efetuado o compromisso em 2013 do valor de € 1.262.436, ou seja foram compromissados menos € 2.619.035.

Os valores detalhados e respetivas execuções destes investimentos comparticipados encontram-se devidamente detalhados na ficha de acompanhamento deste plano anteriormente já analisada (modelo da DGAL), na parte relativa à Despesa de investimento prevista e fontes de financiamento.

No ano de 2013 os projetos comparticipados, com valores de compromisso mais significativos, encontram-se distribuídos pelos seguintes projetos:

- Beneficiação da Antiga Nacional da ex-EN 365-4 – Troço Alcanena – Malhou – Moita: € 49.533,27;

- Requalificação da Antiga Nacional em 360 – Troço Minde – Vale Alto: € 775.543,93;

- Ampliação do Quartel dos Bombeiros Municipais de Alcanena: € 213.645,27;

- Casa da Cultura: € 141.762,75

- Percorrer e Conhecer Alcanena: € 49.702,61

Os valores detalhados e respetivas execuções destes investimentos comparticipados encontram-se devidamente detalhados na ficha de acompanhamento deste plano (modelo da DGAL), na parte relativa à Despesa de investimento prevista e fontes de financiamento.

- Investimentos Não Comparticipados





O valor dos compromissos para os investimentos não comparticipados indicado no PSF foi de € 680.000, e o valor efetivamente comprometido foi de € 825.698, portanto mais € 145.698 (21%).

Nestes investimentos estão incluídas as dívidas transitadas de anos anteriores, entre elas as dívidas cedidas ao factoring e com acordos de pagamento, cujo valor total pago em 2013 foi de € 256.291,94 e também as diversas aquisições efetuadas em 2013, desde equipamentos, construções diversas, aquisições de viaturas, etc.

No decorrer de 2013 foi também assumido o passivo resultante da dissolução da Empresa de Melhoramentos de Alcanena, em que os valores de investimentos comprometidos e pagos foram de € 32.114,75.

#### **08 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**

Na rubrica de transferências de capital estavam previstos no PSF € 290.000,00, tendo sido comprometidos € 343.253, portanto mais € 53.253, equivalente a um aumento de 18%.

Nestas transferências estão incluídas as dívidas transitadas de anos anteriores, entre elas as dívidas existentes às juntas de freguesia do concelho e com acordos de pagamento, cujo valor total pago em 2013 foi de € 40.387,65.

#### **09 - ATIVOS FINANCEIROS**

Estava previsto no PSF o valor de € 100.000 relativo ao aumento de capital social da Compinena- Companhia Imobiliária de Alcanena, S.A., cujo processo não foi concluído.

Na sequência de alteração legislativa, relativa às participações em entidades, houve necessidade de reiniciar o processo para submissão do mesmo a visto prévio do Tribunal de Contas, com vista à realização do aumento de capital social nos anos de 2014 e 2015.



## **10 - PASSIVOS FINANCEIROS**

O valor relativo aos passivos financeiros compromissados foi inferior em € 638.286 relativamente ao previsto no PSF. Estava previsto o valor de € 2.430.128 e apenas foi compromissado o valor de € 1.791.842.

Este valor resulta do menor valor compromissado relativamente a empréstimo de curto prazo, em que se previa no PSF contratar € 650.000 e na realidade apenas se contratou € 300.000 (face às atuais circunstâncias financeiras da banco e a dificuldade em contratar o valor previsto), ainda que o Município utilizasse apenas o valor de € 190.000.

Quanto a empréstimos de Médio Longo Prazo, ocorreu um compromisso inferior em € 178.286, em consequência de apenas se iniciar a amortização dos empréstimos contratados no âmbito do PSF, no mês de junho, quando na previsão do PSF se teve em consideração o início previsto em janeiro.



## BALANÇO EM 31-12-2013

De seguida apresenta-se um mapa comparativo do balanço calculado à data de 31-12-2013.

	Previsão PSF para 31-12-2013	Valor verificado em 31-12-2013	Desvio €	Desvio %
ACTIVO				
Imobilizado Bruto Inicial	56.978.276	53.713.964	-3.264.312	-6%
Entradas	4.561.471	3.764.874	-796.597	-17%
Saídas de Imobilizado	-1.300.000	-107.383	-1.192.617	-92%
Imobilizado Bruto Final	60.239.747	57.371.456	-2.868.291	-5%
Imobilizado Líquido Inicial	47.434.660	40.142.143	-7.292.518	-15%
Saídas de Imobilizado		28.370	-	-
Amortizações do Ano	-927.717	-1.552.383	-925.865	-100%
Imobilizado Líquido Final	49.768.415	42.275.622	-7.492.793	-15%
Investimentos Financeiros Iniciais	1.222.419	923.548	-298.872	-24%
Entradas	100.000		-100.000	-100%
Saídas		-666.618	-	-
Investimentos Financeiros Finais	1.322.419	256.930	-1.065.489	-81%
Existências Iniciais	209.985	279.980	69.995	33%
Entradas				
Saídas	-69.995	0	69.995	-100%
Existências Finais	139.990	279.980	139.990	100%
Dívidas de Terceiros Iniciais	316.744	1.013.624	696.880	220%
Entradas / saídas	-60.000	-289.468	-229.468	382%
Dívidas de Terceiros Finais	256.744	724.156	467.412	182%
Provisões Cobranças Duvidosas		-263.859		
Disponibilidades				
Operações de Tesouraria	121.185	148.633	27.448	23%
Operações Orçamentais	1.547	184.410	182.863	11823%
Disponibilidades Finais	122.731	333.043	210.311	171%
Acréscimos e Diferimentos	3.468	2.584.907	2.581.439	74441%
<b>Activo Total</b>	<b>51.613.767</b>	<b>46.190.779</b>	<b>-5.422.988</b>	<b>-11%</b>
PASSIVO				
Fundos Próprios				
Património	20.212.487	20.199.366	-13.121	0%
Reservas Legais	628.242	613.331	-14.911	-2%
Doações	32.245	45.595	13.350	41%
Reservas transfer. activos	49.092	49.092	0	0%
Resultados Transitados	3.262.737	505.705	-2.757.032	-85%
Resultado Líquido Exercício	799.160	1.780.661	981.502	123%



<b>Total Fundos Próprios</b>	<b>24.983.963</b>	<b>23.193.750</b>	<b>-1.790.213</b>	<b>-7%</b>
Passivo				
Dividas a Terceiros - MLP	14.996.793	13.186.098	-1.810.695	-12%
Dívida C P - Op. Tesouraria	121.185	148.633	27.448	23%
Dividas C P Diversas		1.212.203	1.212.203	
<b>Total Dividas a Terceiros - C P</b>	<b>121.185</b>	<b>1.360.835</b>	<b>1.239.651</b>	<b>1023%</b>
Acréscimos e Diferimentos	11.511.826	8.450.095	-3.061.731	-27%
Acréscimos de Custos		923.266		
Proveitos Diferidos Iniciais	8.959.638	5.959.527	-3.000.111	-33%
Subsídios ao Investimento	2.755.177	1.889.437	-865.740	-31%
Proveitos Diferidos reconhecidos	202.989	322.135	119.146	59%
Proveitos Diferidos Finais	11.511.826	7.526.830	-3.984.997	-35%
<b>Total Passivo</b>	<b>26.629.804</b>	<b>22.997.029</b>	<b>-3.632.775</b>	<b>-14%</b>
<b>Total Fundos Próprios + Passivo</b>	<b>51.613.767</b>	<b>46.190.779</b>	<b>-5.422.988</b>	<b>-11%</b>

- **Imobilizado**

A rubrica do ativo líquido acusa um saldo inferior em cerca de 5.423 milhares de euros relativamente ao previsto no PSF. Esta diferença resulta principalmente da diferença do imobilizado líquido de anos anteriores ser inferior em € 7,292 M€.

Relativamente ao Imobilizado Bruto verifica-se um valor inferior ao previsto em 2.868 milhares de euros, resultante da diferença dos valores não realizados nos anos anteriores de 3.264 milhares de euros e a não realização de investimentos no valor € 796.597, principalmente pela não execução de obras participadas, conforme acima se mencionou, bem como pelo facto de a saída de imobilizado ser inferior em € 1.192.617 ao previsto no PSF, saída essa relacionada com o facto de não venda ter ocorrido a venda de bens de imobilizado.

O valor de Imobilizado Líquido, consequentemente também é inferior, sendo que no final de 2013 se encontra 7.493 milhares de euros abaixo do previsto no PSF.

O valor de amortizações do exercício foi superior ao previsto, resultado do acréscimo de amortizações do exercício de 2013, por terem sido efetuadas no ano de 2012 diversas operações de transferência de inventário de imobilizado em curso para imobilizado firme. O valor das amortizações do exercício foi superior ao previsto em 926 mil euros.



- **Investimentos Financeiros**

Esta rubrica apresenta uma diferença para menos de € 1.065.489.

No ano de 2012 foi registada a saída do capital social da COMPINENA – Companhia Imobiliária de Alcanena, S.A., relativa à correção efetuada no valor de € 73.871,50 correspondente à “operação harmónio” realizada no ano de 2002, relativo à redução do valor das ações de € 4,99 para € 1,91 por ação. Deste modo o valor do capital social da COMPINENA – Companhia Imobiliária de Alcanena, S.A. passou de € 324.117,50 para € 250.246,00.

Aquando da elaboração do PSF estava previsto do aumento de capital social da COMPINENA, cuja concretização ainda não se efetuou, originando a diferença de € 300.000 relativamente ao previsto no PSF.

O valor previsto do aumento de capital social da COMPINENA e ainda não concretizado, estava previsto no PSF do seguinte modo: € 100.000 no ano de 2011, € 100.000 no ano de 2012 e € 100.000 no ano de 2013.

No ano de 2013 ocorreu a eliminação do capital que o Município detinha na Empresa de Melhoramentos de Alcanena no valor global de € 666.617,79 por motivo de Dissolução da empresa, conforme cancelamento de matrícula efetuada em 27-09-2013. Todo o ativo e passivo da empresa foi registado nas contas do Município nesse mesmo mês.

- **Existências**

Não se efetuou a venda de habitação em vila moreira, conforme previsto no PSF, o que origina maior valor de existências relativamente ao previsto no PSF.

- **Dívidas de Terceiros**

O valor das dívidas de terceiros no final do ano de 2013 é superior ao previsto no PSF, em cerca de 467 mil euros.



O valor das dívidas de terceiros no início de 2013 foi claramente superior ao previsto no PSF. Prevvia-se no PSF cerca de 317 mil euros, enquanto que o valor verificado foi de 1,014 M€.

Estava previsto o saldo inicial em 2013 de € 60.000 relativo a trabalhos por conta de particulares, relativo à faturação de ramais de esgoto na Serra de Santo António, Covão de Feto e Casais da Moreta, o que não ocorreu.

O aumento do valor das dívidas de terceiros por cobrar no final de 2013, deveu-se principalmente pelo não recebimento das seguintes receitas:

- Saneamento: € 21.224,58;
- Transferências Relativas a Educação – DREL: € 84.978,70;
- Estado Outras: € 22.500,00;
- Serviços e Fundos Autónomos – Subsist. Prot.Famil. Polit. Act. EFP: € 13.379,72;
- Água: € 134.672,68;
- Aluguer de Espaços e Equipamentos Diversos: € 8.673,32;
- Transportes efetuados por Bombeiros/Ambulâncias: € 95.555,16;
- Trabalhos por conta de Particulares: € 88.595,24;
- FEDER – PORC (Requalificação da Estrada Moita- Alcanena): € 69.324,69;
- Instituições sem fins lucrativos (ADIRN):: € 7.163,36.

- **Provisões para cobrança duvidosa**

Foram constituídas provisões para cobrança duvidosa no valor total de € 263.859, cuja previsão não se incluía no PSF.

- **Disponibilidade**

A rubrica de disponibilidades acusa um saldo superior ao previsto no PSF, quer no que respeita a operações orçamentais, quer no que respeita a operações de tesouraria, em cerca de 210 mil euros,

Estava previsto o valor de € 1.547 e verifica-se o saldo de € 184.410, no caso das operações orçamentais, enquanto no caso das operações de tesouraria, estavam previstos € 121.185 e verificaram-se € 148.633.



- **Acréscimos e Diferimentos**

A rubrica de acréscimos e diferimentos acusa um saldo bastante superior ao previsto no PSF por se ter aplicado o princípio da especialização do exercício no ano de 2012 e com continuidade no ano de 2013.

O valor previsto foi de € 3.468 e o valor verificado foi de € 2.584.907.

- **Fundos Próprios**

O valor total dos Fundos próprios acusa um saldo inferior ao previsto no PSF, no valor de € 1.790.213, resultado da diferença entre o menor saldo dos resultados transitados no valor de € 2.757.032, por aplicação do princípio da especialização do exercício, o menor saldo de Reservas Legais, o menor saldo da conta Património e o maior saldo da conta de Doações e da conta de Resultado Líquido do Exercício.

#### Resultados Transitados

Ao valor do saldo de abertura devedor de € 236.840,62, transitado de exercícios anteriores foram registados os seguintes valores:

#### **A débito**

- Foi registado o valor de € 60.467,61 para reforço da conta de Reservas Legais, relativo à aplicação de resultados do ano de 2012, conforme determinado no relatório de gestão de 2012;
- Foram registados 6 movimentos de retificação de saldos de receitas registados em anos anteriores, no valor global de € 43.783,88;
- Por aplicação do Princípio da Especialização do Exercício foram registados 8 movimentos no valor total de € 428.271,69 relativo a custos que efetivamente deveriam ser atribuídos ao exercício anterior.



- Foi registado o valor de € 45.047,07 relativo a proveitos registados em anos anteriores provenientes da venda em prestações de 3 terrenos da Zona Industrial de Minde, cujas escrituras de compra e venda foram efetuadas em 2013;
- Foi registado o valor de € 3.705,42 relativo ao projeto Cultrede, pelo motivo de o proveito, espectável e especializado em 2012, não ter sido totalmente recebido.
- Foi registado o valor de € 73.871,50 relativo à redução do valor de Capital na COMPINENA, conforme acima mencionado;

### **A crédito**

- A transição de resultados de 2012, conforme determinado no relatório de gestão de 2012, pelo valor de € 1.209.352,20;
- O valor total de € 7.327,06 resultante da correção de valores de anos anteriores, relacionados com valores registados em duplicado ou indevidamente registados nas respetivas contas de terceiros, ou ainda pelo lançamento de notas de crédito de fornecedores relativas a anos anteriores;
- Foi registado o valor de € 25.182,77 relativo ao projeto “Jardim Municipal”, pelo motivo de o proveito, espectável e especializado em 2012, não ter sido recebido.
- Foram registados os valores relativos a faturação dos serviços prestados pelos Bombeiros Municipais de Alcanena, nos anos de 2011 e 2012, nos valores de € 30.042,08 e € 47.417,35, respetivamente, pelo facto de a correspondente faturação ter sido efetuado apenas no ano de 2013.

O saldo Final da conta 59 é credor em € 505.705,17.

### **Património**

A conta de Património apresenta o saldo de € 20.199.365,82 resultante de valores transitados dos exercícios anteriores no valor de € 20.212.487,11 e dos diversos registos a débito e a crédito efetuados relativamente à integração do ativo e do passivo da Empresa de Melhoramentos de Alcanena, o que originou uma redução de € 12.631,08.





### Doações

A conta de Doações, que reflete as doações registadas ao município de bens do ativo imobilizado, apresenta o saldo de € 45.594,63 resultante do valor transitado do ano anterior no valor de € 32.244,62, acrescido do valor de € 13.350,00 relativo ao um Imóvel doado pelo Centro de Bem Estar Social de Alcanena.

### Reservas de Transferências de Ativos

A rubrica relativa a Reservas de Transferências de Ativos apresenta o valor previsto no PSF.

### Resultado Líquido do Exercício

Os resultados líquidos do exercício de 2013 apresentam o valor de positivo de € 1.780.661,49 e superior ao previsto no PSF em 981 mil euros.

- **Dívidas a Terceiros de MLP**

As dívidas a terceiros de Médio Longo prazo, são inferiores ao previsto no PSF em € 1.810.695, uma vez que não ocorreu a contratação do empréstimo de MLP excecionado do limite de endividamento líquido municipal e limite geral de empréstimos de MLP, conforme já abordado neste relatório, na análise efetuada à execução da receita.

A não contratação deste empréstimo terá efeitos contrários nas dívidas a terceiros de curto prazo, originando naturalmente que estas possam ser superiores às previstas no PSF.

- **Dívidas a Terceiros de Curto Prazo**

O valor das dívidas a terceiro de curto prazo, relativas a operações de tesouraria, é superior em € 27.448, valor aliás proporcional às disponibilidades desta natureza.



Nas dívidas orçamentais a terceiros de curto prazo, verifica-se a existência do valor final de € 1.212.203, resultado da não execução dos seguintes valores de receita mais relevantes, e conforme já analisado na execução da receita:

- Prestações de Serviços:

Não foram recebidos € 100.000,00, conforme previsto para 2011, relativos a ramais de esgotos na Serra de Santo António, Covão do Feto e Casais da Moreta, nem os € 70.000 previstos para 2012 e os € 60.000 previstos para o ano de 2013.

Não foram recebidos € 120.000,00, conforme previsto para 2011, relativos à atualização da tarifa de RSU e Saneamento, nem os € 250.000 previstos para 2012 e os € 250.000 previstos para 2013.

- Passivos financeiros

Não foi contratado o empréstimo excepcionado, cujo valor a utilizar nos anos de 2011 a 2013 seria cerca de 730 mil euros (transitando a dívida para MLP conforme previsto).

- Venda de bens de investimento

Não foi realizada a receita prevista para os anos de 2011, 2012 e 2013 na ordem dos 3M€.

No ano de 2013 também foi incluído o passivo da Empresa de Melhoramentos de Alcanena, com a sua Dissolução, cujo valor ascendeu a 450 mil euros.

No final de 2013 ainda existe refletido no passivo do Município, cerca de 401 mil euros, dos quais 110 mil são relativos a um crédito litigioso não reconhecido e reclamado pela Empresa de Melhoramentos de Alcanena.

- **Total do Dívida de MLP e Curto prazo**

O valor previsto no PSF era de € 15.117.978 e o efetivamente verificado é de € 14.546.933, portanto com um valor inferior em € 571.045.

De notar que apesar de o passivo de curto prazo ter aumentado por inclusão do passivo transitado da Empresa de Melhoramentos de Alcanena, com reflexo no final de 2013 na



ordem dos 401 mil euros, o Município na sua gestão corrente e definição de prioridades ainda assim termina o ano de 2013 com o valor do total de dívidas de MLP e Curto Prazo inferiores ao previsto no PSF.

- **Acréscimos e Diferimentos**

Esta rubrica apresenta um valor final inferior ao inicialmente previsto na ordem dos 3,062 M€, resultado do não recebimento transferências de capital para financiamento de investimentos, cujo valor é registado nas contas de subsídios ao investimento. Esta diferença resulta também do facto de em anos anteriores, o saldo dos subsídios a investimento ser inferior ao previsto em cerca de 5 M€.

Também estes desvios foram abordados na “Ficha de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro” deste relatório.

Encontra-se registado o valor de € 923.266 de acréscimos de custos, valor que não se previa no PSF. Este valor resulta da aplicação do princípio da especialização do exercício.

Aquando da elaboração do PSF não foi tido em consideração os acréscimos provenientes da especialização do exercício.



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31-12-2013

	Previsão PSF 31-12-2013	Valor verificado em 31-12-2013	Desvio €	Desvio %
CUSTOS E PERDAS				
CMVMC				
Habitação	69.995		-69.995	-100%
Outras Mercadorias e Matérias	6.680	3.110	-3.570	-53%
Total CMVMC	76.675	3.110	-73.565	-96%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.066.501	2.903.933	-162.568	-5%
Custos com Pessoal	3.858.025	2.968.218	-889.807	-23%
Transferências e Subsídios correntes	1.296.103	726.234	-569.870	-44%
Amortizações do Exercício	927.717	1.552.383	624.666	67%
Provisões do exercício	0	26.133	-	-
Outros Custos Operacionais	90.563	83.380	-7.183	-8%
<b>Total Custos Operacionais</b>	<b>9.315.584</b>	<b>8.263.391</b>	<b>1.052.193</b>	<b>-11%</b>
Custos e Perdas Financeiras	595.718	414.853	-180.865	-30%
Custos e Perdas Extraordinários	290.000	339.361	49.361	17%
<b>Sub Total Custos</b>	<b>10.201.301</b>	<b>9.017.604</b>	<b>1.183.697</b>	<b>-12%</b>
Resultado Líquido do Exercício	799.160	1.780.661	981.502	123%
<b>Total CUSTOS</b>	<b>11.000.461</b>	<b>9.017.604</b>	<b>1.982.857</b>	<b>-18%</b>
PROVEITOS E GANHOS				
Venda Habitação	72.825		-72.825	-100%
Venda Mercadorias e outros Produtos	5.359	1.063	-4.296	-80%
Prestação de Serviços	1.457.007	863.076	-593.930	-41%
Rendas e Alugueres	893.253	893.054	-198	0%
Impostos e Taxas	2.721.494	3.401.999	680.505	25%
Transferências e Subs Obtidos				
Transf. E Subs Correntes	3.794.361	4.298.057	503.696	13%
Transferências Capital	1.776.890	906.464	-870.426	-49%
Total Transferências	5.571.251	5.204.521	-366.730	-7%
<b>Total Proveitos Operacionais</b>	<b>10.721.188</b>	<b>10.363.713</b>	<b>-357.475</b>	<b>-3%</b>
Proveitos Financeiros	1.448	314	-1.134	-78%



Proveitos e Ganhos Extraordinários				
Subsídios diferidos	202.989	322.135	119.146	59%
Outros Proveitos	74.837	112.104	37.267	50%
Total Proveitos e Ganhos Extraordinários	277.826	434.239	156.413	56%
<b>Total PROVEITOS</b>	<b>11.000.461</b>	<b>10.798.266</b>	<b>-202.195</b>	<b>-2%</b>

  

Resultado Operacional	1.405.604	2.100.322	694.718	49%
Resultados Financeiros	-594.270	-414.539	179.731	-30%
Resultados Correntes	811.334	1.685.783	874.449	108%
Resultados Extraordinários	-12.174	94.878	107.052	-879%
Resultado Líquido do Exercício	799.160	1.780.661	981.502	123%

Seguidamente apresentam-se as principais oscilações verificadas entre a previsão do PSF e a execução verificada no exercício económico de 2013.

- **Custos e Perdas**

O valor total dos custos, antes de apuramento de resultados foi inferior em € 1.183.697 relativamente ao previsto no PSF, ou seja menos 12% de custos que o previsto no PSF.

Os custos operacionais foram inferiores ao previsto em € 1.052.193, verificando-se menores custos na generalidade da rubricas, com exceção da rubrica relativa às amortizações do exercício.

Os custos financeiros foram inferiores aos previstos no PSF em € 180.865, principalmente porque o empréstimo excepcionado do endividamento líquido não foi contratado, mas também porque a taxa da Euribor está a níveis mais baixo do que aquando da elaboração do PSF.

O valor dos custos e perdas extraordinários foram superiores ao previsto, em € 49.361, resultado de maiores transferências de capital efetuadas.



- **Proveitos e Ganhos**

O valor total de proveitos foi inferior em € 202.195 relativamente ao previsto no PSF, com uma redução de 2% relativamente àquela previsão.

Nos proveitos operacionais verificou-se o valor inferior de € 357.475, resultado do menor registo de proveitos provenientes, principalmente da prestação de serviços e da venda de habitação.

Apesar de menor a diferença, os proveitos com origem em Rendas e alugueres e Venda de Mercadorias e Outros Produtos, também foram inferiores ao previsto no PSF.

Os proveitos provenientes de impostos e taxas foram superiores ao previsto no PSF em cerca de 680 mil euros, principalmente influenciado pelo maior recebimento de IMI e Derrama no ano de 2013.

As rubricas relativas transferências correntes apresentaram valores superiores aos previstos no PSF, enquanto que as transferências de capital apresentam valores superiores ao previsto no PSF.

O maior valor de proveitos relacionados com as transferências correntes, conforme já anteriormente mencionado, está fortemente influenciada pelo maior recebimento de FEF corrente em detrimento do FEF capital, derivado das alterações introduzidas pela Orçamento do Estado, em que dos 4,183 M€ transferidos anteriormente na proporção 60% em FEF corrente e 40% em FEF capital, passaram a ser transferidos na proporção 80% em FEF corrente e 20 % em FEF capital, logo com uma oscilação mensal de mais 69,7 mil euros e com reflexos contrários nas transferências de capital.

No somatório dos proveitos relativos a transferências correntes e transferências de capital, verificou-se ainda assim valor inferior em € 367 mil euros relativamente ao previsto no PSF.

Os proveitos financeiros, embora de pouca expressão, foram inferiores aos previstos.

Nos proveitos e ganhos extraordinários, registaram-se mais € 156.413 do que o valor previsto no PSF. Os proveitos diferidos (relacionados com os subsídios para investimentos) foram



superiores em € 119.146, enquanto que os Outros Proveitos Extraordinários foram superiores em € 37.267.

- **Resultados Obtidos**

Todos os resultados apresentados foram melhores do que os previstos e apontados no PSF, melhores resultados operacionais, menores resultados financeiros negativos, melhores resultados correntes, resultados extraordinários positivos e resultados líquidos do exercício bastante acima dos previstos no PSF.

Os resultados operacionais foram 49% melhores que o previsto e o resultado líquido do exercício foi superior ao previsto no PSF, em 123%, ou seja melhor em € 981.502.

Os resultados financeiros foram melhores em 30% relativamente ao previsto no PSF, ou seja os custos foram inferiores em cerca de 180 mil euros.



## ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL

A Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, veio através do seu artigo 37º fixar limites ao montante do Endividamento Líquido Total de cada município.

Por sua vez a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2013, veio definir no artigo 98º, que em 2013, o endividamento líquido municipal no seu conjunto, corresponde ao menor dos seguintes valores:

a) Limite de endividamento líquido de 2012;

b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

Nesse sentido, e de acordo com a comunicação efetuada pela DGAL- Direção-Geral das Autarquias Locais, em 2013 o limite de endividamento líquido municipal para o Município de Alcanena é de € 8.402.709.

Neste sentido, no final do ano de 2013, atendendo à diferença entre a soma dos passivos e a soma dos ativos, excluindo também os empréstimos de médio e longo prazo excecionados do limite geral de empréstimos, o Endividamento Líquido do Município de Alcanena, é de € 8.286.528,11, portanto € 116.180,89 inferior ao limite definido.

Neste montante está também considerada a contribuição das Participações do Município nas Associações de Municípios, em Empresas Locais, nas Empresas Participadas, na proporção da sua participação no capital social (nos casos em que o Resultado antes de impostos seja negativo).

No final de 2013, contribuiu para o cálculo do endividamento líquido Municipal a COMPINENA – Companhia Imobiliária de Alcanena, com o valor de € 59.372,49.

Importa analisar em termos globais o evoluir do endividamento líquido do Município, e a aferição da sua redução.





Foram verificados os seguintes valores de endividamento líquido no final dos seguintes anos económicos:

Data	Valor Verificado	Valor em Excesso / Cumprimento
31-12-2007	€ 9.460.469,02	Excedeu € 497.185,06
31-12-2008	€ 11.523.611,51	Excedeu € 3.077.868,13
31-12-2009	€ 12.992.999,94	Excedeu € 4.355.036,91
31-12-2010	€ 12.137.036,04	Excedeu € 2.765.996,42
31-12-2011	€ 11.674.824,30	Não Excedeu € 53.495,70
31-12-2012	€ 8.567.505,87	Não Excedeu € 3.107.318,13
31-12-2013	€ 8.286.528,11	Não Excedeu € 116.180,89

Até ao ano de 2009 a tendência foi de aumento do endividamento líquido, sendo que no ano de 2010 se reduziu em € 855.963,90, em 2011 se reduziu € 462.211,74 e no ano de 2012 se reduziu € 3.107.318,13.

No ano de 2013 continuamos numa tendência de redução do endividamento líquido, tendo-se verificado uma redução de € 280.977,76.

### **Previsão do Plano de Saneamento Financeiro**

O valor indicado no plano de saneamento financeiro a atingir no final de 2013 era de € 8.472.991,00, pelo que no final de 2013 ocorreu uma **superação de € 186.462,89**, tendo em consideração que o valor verificado foi de € 8.286.528,11.



## CONCLUSÃO

No final do ano de 2013 verificou-se o seguinte:

- O Município de Alcanena reduziu o valor do Endividamento Líquido Municipal, no valor de **€ 280.977,76**, passando de € 8.567.505,87 verificados em 2012 para € 8.286.528,11;
- **Superou** o valor do Endividamento Líquido proposto no PSF no valor de 8.472.991,00;
- **Reduziu** a dívida a terceiros de médio longo prazo em **€ 1.601.841,77**;
- **Reduziu** a dívida a terceiros de curto prazo em **€ 84.158,07**, mesmo tendo em consideração que com o processo de dissolução da Empresa de Melhoramentos de Alcanena, foi assumido pelo Município de Alcanena o passivo de curto prazo no valor de **€ 419.368,98**.
- **Reduziu** o Prazo médio de Pagamento a Fornecedores, para **38 dias**, alcançando o prazo pretendido inferior a 40 dias.
- **Reduziu** o número de efetivos em **11 trabalhadores** e consequentes custos e despesas associadas;
- Obteve uma taxa de **execução orçamental** da receita de **86,83%**, tendo verificado 96,75% na receita corrente e 56,42% na receita de capital.

Apesar de nem todas as medidas de maximização da receita e de minimização da despesa terem sido implementadas até final do presente ano, foram implementadas a maioria das medidas pretendidas.

Tendo em consideração que o Endividamento Líquido no final de 2012 foi superado relativamente ao indicado aquando da elaboração do PSF, bem como no final do presente ano de 2013, e que tem ocorrido uma diminuição progressiva do passivo quer a médio longo prazo, quer a curto prazo, é nosso entendimento que estamos a cumprir o objetivo pretendido com o Plano de Saneamento Financeiro, ou seja, a consolidação dos passivos financeiros, através do aumento das receitas e da diminuição das despesas.



Nos próximos anos continuaremos empenhados no seu acompanhamento com vista à implementação de algumas medidas ainda por executar, bem como no acentuar das medidas já implementadas.

Nesse propósito, foram, através de Ordem de Serviço n.º 19/P/2012 exarada pela Exma. Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara em 5 de novembro de 2012, designados responsáveis pelo acompanhamento das medidas apontadas no Plano de Saneamento Financeiro, para que elaborem relatórios de acompanhamento dessas medidas, com o objetivo de promover na cultura organizacional a colaboração e responsabilização nos resultados a obter no cumprimento deste importante plano.